

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E GÊNERO:

UM OLHAR SOBRE AS MULHERES DE GESTEIRA NO PROCESSO
DE CONSTRUÇÃO DO PLANO POPULAR DO
REASSENTAMENTO COLETIVO

GABRIELA MOREIRA ANNONI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E GÊNERO:

UM OLHAR SOBRE AS MULHERES DE GESTEIRA NO
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO POPULAR DO
REASSENTAMENTO COLETIVO

GABRIELA MOREIRA ANNONI

Trabalho Final de Graduação apresentado
ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Ouro Preto,
como requisito parcial para obtenção do
grau de Bacharel (a) em Arquitetura e
Urbanismo.

Orientadora: Dra. Karine Gonçalves
Carneiro

Ouro Preto

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE TRABALHO DE CURSO 2

Nome do(a) Aluno(a) Gabriela Moura Ammon Nº de
matricula 10.2.1506

Título do trabalho

Produção do espaço e gênero: Um olhar sobre as
mulheres de Gesteira no processo de construção do Plano Popular
do Reassentamento Coletivo.

Orientador(a) Karine Gonçalves Carneiro

Eu, professor(a) _____, encaminho para
avaliação final da disciplina TFG 2 (ARQ 381) o Caderno de TC, elaborado pelo(a) aluno(a) acima identificado(a),
sob minha orientação. Declaro que o(a) aluno(a) foi frequente em mais de 75% das orientações.

Orientador tem conhecimento

Ouro Preto, 03 de dezembro de 2019

Assinatura do(a) Orientador(a)

Karine Gonçalves Carneiro

*Escrever a história das
mulheres é sair do silêncio em
que elas estavam confinadas.*

*(Minha história das mulheres,
Michelle Perrot)*

AGRADECIMENTO

À amada Hannah, pela amizade, amor e incentivo.

Aos meus pais, pela paciência ao longo desses dez anos, cuidando com muito amor e zelo de minha filha para que eu pudesse seguir com meus estudos.

Às minhas queridas irmãs, pela amizade e conforto de todos os dias.

Às amigas arquitetas e urbanistas da UFOP e, às outras que encontrei por Ouro Preto, todas, minha inspiração sobre mulheres competentes e inteligentes.

À professora Karine, pelo suporte, paciência e, por me ajudar a ver com outros olhos a arquitetura e o urbanismo, ensinando que a luta se faz com amor, dedicação e coletividade. Uma inspiração.

Às mulheres de Gesteira, pela coragem, alegria e ensinamentos.

RESUMO

O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, produziu uma série de impactos sobre territórios e acarretou diversas formas de violações de direitos às comunidades atingidas. Neste contexto, o povoado de Gesteira, localizado no município de Barra Longa, Minas Gerais, teve sua parte baixa completamente destruída e sua comunidade, após a expulsão, vem passando por um processo de reassentamento coletivo. Devido as formas insatisfatórias da reparação promovidas pelas empresas responsáveis pelo desastre, a Comissão de Atingidas e Atingidos de Barra Longa, as pessoas atingidas de Gesteira, sua assessoria técnica e o Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA) vem desenvolvendo o Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira (PPRCG). Desse modo, o presente trabalho teve como objetivo cartografar, no processo do PPRCG, em Barra Longa/MG, a luta dessas mulheres atingidas do povoado para dar visibilidade a sua participação nas questões relativas à produção do espaço e de gênero. Essas mulheres buscam seus direitos, sobretudo no que diz respeito ao direito à moradia digna. O método de trabalho adotado será o cartográfico que busca, pela imersão, a quebra da cisão entre pesquisador e objeto de pesquisa com o intuito de colaborar com um trabalho realizado “com” as pessoas atingidas e não “para” elas ou “sobre” elas.

Palavras – chave: Produção do Espaço. Gênero. Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira. Luta.

ABSTRAT

The breach of Fundão's dam, in Mariana, Minas Gerais, produced a series of impacts above territories and caused various forms of rights violations into the affected communities. In this context, the Gesteira's village, located in the municipality of Barra Longa, Minas Gerais, had its lower area completely destroyed and its community, after the expulsion, has been undergoing a collective resettlement process. Due to the unsatisfactory forms of repair promoted by the responsible companies for the disaster, the Reached and Affected Committee of Barra Longa, the affected people of Gesteira, its technical assistance and the Social-Environmental Studies and Research Group have been developing the Gesteira's Collective Resettlement Popular Plan (GCRPP). Therefore, the present work had as objective to map, in the GCRPP process, in Barra Longa, the struggle of these affected women from the village to give visibility to their participation in issues related to the production of space and gender. These woman search their rights, especially those that are related to the decent housing rights. The methodology of work adopted will be the cartographic that seeks, through immersion, the breaking of the split between researcher and research object in order to collaborate with a work done "with" the affected people and not "for" them or "about" them. Key-words: Space production. Genre. Gesteira's Collective Resettlement Popular Plan. Fight.

Keywords: Space Production. Gener. Gesteira Popular Collective Resettlement Plan. Fight

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Escravas e o trabalho no espaço público.....	20
Figura 2. Painel de violência contra as mulheres no Brasil segundo IPEA.....	23
Figura 3. Bento Rodrigues após o desastre de Fundão.....	29
Figura 4. Paracatu de Baixo após o desastre de Fundão.....	29
Figura 5. Gesteira após o desastre de Fundão.....	30
Figura 6. Barra Longa após o desastre de Fundão.....	30
Figura 7. Trajeto da lama de rejeitos e a localização de Gesteira.....	33
Figura 8. Representação da localização espacial MG/Barra Longa/Gesteira.....	35
Figura 9. Vista aérea de Gesteira Velho e Mutirão antes e depois do desastre de Fundão.....	36
Figura 10. Gesteira Velho devastada.....	37
Figura 11. Masterplan preliminar para o reassentamento – proposta 1.....	42
Figura 12. Masterplan preliminar para o reassentamento – proposta 2.....	42
Figura 13. Desenvolvimento de cartografias como processos do PPRCG.....	44
Figura 14. Oficina “Era uma vez...”.....	45
Figura 15. Oficina “Era uma vez...”.....	46
Figura 16. Primeira oficina do bloco “Um, dois, três, e...” – Apresentação da “maquete-lousa”	47
Figura 17. Terceiro bloco: “Já” – Proposta preliminar do anteprojeto do reassentamento.....	48
Figura 18. Preta Ferreira.....	56
Figura 19. Carmem Ferreira.....	56
Figura 20. Margarida Alves.....	58
Figura 21. Mulheres de Gesteira.....	59
Figura 22. Ficam as memórias... ..	60
Figura 23. Mulheres de Gesteira.....	61
Figura 24: Dona Maria Geralda.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Categorias e programa.....	65
--------------------------------------	----

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1: Moradias e seus quintais produtivos.....	67
Diagrama 2: Equipamentos comunitários.....	69
Diagrama 3: Espaços de livre uso público.....	71
Diagrama 4: Benfeitorias.....	72
Diagrama 5: Infraestrutura viária.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEDAS: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

CIMOS: Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais

ENS: Escola Nacional de Seguros

GEPSA: Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAB: Movimentos dos Atingidos por Barragens

ONU: Organização das Nações Unidas

PIM: Programa de Indenização Mediada

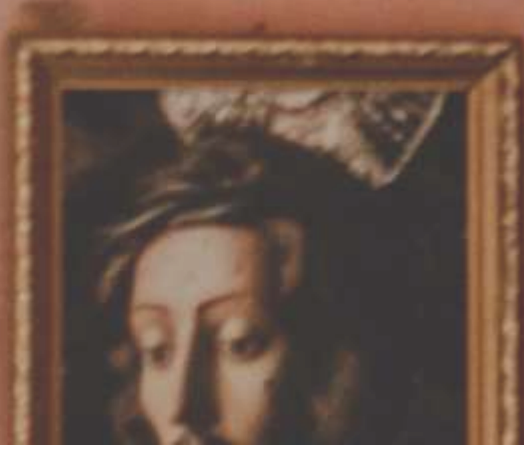
TTAC: Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta

UFOP: Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO, GÊNERO E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS ORIUNDOS DA MINERAÇÃO: O CASO DE GESTEIRA.....	18
2.1 Produção do espaço e gênero.....	20
2.2 Atividades minerárias, produção do espaço e gênero.....	26
2.3 O desastre de Fundão e seus impactos em Gesteira.....	33
2.3.1 O Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira como resistência e luta.	39
3. MOVIMENTOS DE LUTAS TERRITORIAIS LIDERADOS POR MULHERES E O CASO DE GESTEIRA NO PPRCG.....	50
3.1 Mulheres e lutas territoriais no Brasil.....	52
3.2. As mulheres de Gesteira na luta pelo Plano Popular do Reassentamento Coletivo....	59
4. A CARTOGRAFIA DA LUTA DAS MULHERES E O PLANO POPULAR DO REASSENTAMENTO COLETIVO DE GESTEIRA.....	63
4.1. Sobre as moradias e seus quintais produtivos.....	66
4.2. Sobre os equipamentos comunitários.....	68
4.3. Sobre os espaços livres de uso público.....	70
4.4. Sobre as benfeitorias.....	72
4.5. Sobre a infraestrutura viária.....	73
4.6. Sobre as mulheres de luta, pelas mulheres de luta de Gesteira.....	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	84

INTRODUÇÃO



Os debates acerca das questões socioespaciais, sobretudo os relacionados à segregação socioespacial, são ferramentas valiosas para a compreensão de como se configura o espaço, suas contradições e disfunções. Se por um lado tais questões nos levam a refletir sobre a insegurança, violência, discriminação, sistemas de opressão e dominação, por outro lado, nos faz pensar sobre formas de produção do espaço, o direito à moradia digna, o acesso a infraestruturas e serviços públicos, dentre outros. Por isso, a importância de trabalhos que se concentram em dar visibilidade a cenários de vulnerabilização, que, por sua vez, são cercados por injustiças sociais.

Atualmente, essas questões têm se tornado mais latentes no Brasil posto que, presenciamos um cenário político no qual um governo conservador, alinhado à extrema-direita, tem tentado colocar em prática medidas que contribuem para a violência e que rescindem direitos humanos, especialmente aqueles que dão garantias às camadas mais vulnerabilizadas da sociedade brasileira. Como exemplos, podemos citar decretos, leis, programas e medidas provisórias tais como o Decreto 9.785/2019¹ (BRASIL, 2019) que versa sobre a flexibilização da posse e do porte de armas cujo objetivo era o de se estabelecer regras e procedimentos para a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição. Outro exemplo é a tentativa de transferência da regulação e demarcação de terras indígenas regidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Agricultura, o Projeto de Lei 6818/13 (BRASIL, 2013) que dispõe sobre a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas e que pode gerar a supressão de seus direitos fundamentais como: o direito à diferença, costumes, línguas, crenças e tradições, o direito originário e o usufruto exclusivo às terras que tradicionalmente ocupam. A criminalização de movimentos populares é mais uma consequência da atuação deste governo. Em junho de 2019 entrou em vigência a Lei 13.810 (BRASIL, 2019). Com esta medida, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o movimento dos trabalhadores sem teto (MTST), serão passíveis, por lei, de serem criminalizados, assim como outros movimentos ditos sociais que invadem propriedades.

¹ O referido decreto do dia 07/05/2019 foi sustado pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 233 (BRASIL, 2019), em 18/06/2019.

No que tange os processos de vulnerabilização, negros, homossexuais, indígenas e mulheres tem sido cada vez mais vítimas de diversos tipos de violência, de modo que o Estado, que deveria assegurar direitos e proteção à população, corrobora com uma postura de discriminação a essa parcela marginalizada. Nesse escopo, tendo como foco as mulheres, esta monografia pretende trazer para o centro da discussão os modos como os temas da produção do espaço e gênero se inter cruzam nesse aspecto.

As mulheres têm sido, constantemente, vítimas de homicídios e violências dentro e fora das suas próprias residências, o que faz com que suas relações com os espaços vêm se tornando cada vez mais restrito devido ao medo e à insegurança. (IPEA, 2019). Ademais, a ineficácia e a inexistência de políticas públicas que poderiam interferir na infraestrutura e planejamento das cidades, a fim de torná-las um ambiente seguro para as mulheres aprofunda problemas relacionados ao acesso democrático à cidade, como nos elucidada, Pinheiro (2015):

[...]A cidade é perversa especialmente para as mulheres ao restringir ou até bloquear o seu direito de ir e vir tranquilamente. Ônibus lotados, paradas longínquas, terrenos baldios, iluminação precária e ruas sem movimento são um risco real à sua integridade física. Dificuldade de acesso a escolas e creches, as longas horas nos hospitais e postos de saúde, o esgoto na porta de casa, acarretam mais entraves à sua rotina doméstica – já que o espaço da reprodução social continua, “por excelência”, sendo seu. Preferência na contratação de homens, salários mais baixos, assédio, tornam a rotina profissional também mais difícil para elas. Violência doméstica e violência urbana se somam a muitas das situações vivenciadas. (PINHEIRO, 2017, p.44)

Majoritariamente, os estudos e pesquisas que têm como tema as questões de gênero e a produção do espaço têm se centrado em ambientes urbanos e em grandes cidades. Tal fato nos possibilita inferir que pouco se produz, academicamente, sobre a produção do espaço em áreas rurais, principalmente, numa perspectiva de gênero. Mais recentemente, com os desastres em larga escala provocados pela indústria extrativa-mineral – o desastre de Fundão, em Mariana, e o do córrego do Feijão, em Brumadinho – uma multiplicidade de territórios e comunidades, grande parte deles de características rurais, tem sofrido as consequências do desastre em seus territórios (expulsão de populações, reassentamentos involuntários, comprometimento dos modos e projetos de vida das pessoas atingidas, etc.), o que tem ampliado a necessidade de discussões sobre o tema da produção do espaço e gênero nessas áreas.

É nesse contexto que este trabalho visa contribuir para a discussão que abrange as questões da produção do espaço e de gênero, a partir de uma comunidade atingida pelo desastre de Fundão, na área rural do município de Barra Longa: o povoado de Gesteira.

Neste povoado, uma das consequências do desastre foi a destruição completa de sua parte baixa – conhecida como Gesteira Velho – composta por moradias, quintais produtivos, igreja, comércio e equipamentos coletivos. Nesse sentido, no âmbito dos processos de reparação integral – atualmente conduzidos pela Fundação Renova² – os núcleos familiares de Gesteira estão passando por um processo de reassentamento. Entretanto, o modo como a Fundação desenvolve e implementa os processos de reparação tem afastado as pessoas atingidas do protagonismo que lhes é de direito neste processo. Por isso, como reação a forma de atuação da Renova, a Comissão de Atingidas e Atingidos de Barra Longa, as pessoas atingidas de Gesteira, sua assessoria técnica e o Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA) vem desenvolvendo o Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira (PPRCG).

A partir desse cenário, o objetivo geral desta monografia é o cartografar, no processo do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, em Barra Longa/MG, a luta das mulheres atingidas do povoado para dar visibilidade a sua participação nas questões relativas à produção do espaço e de gênero. O rompimento da Barragem de Fundão – um dos maiores crimes socioambientais do Brasil e também do mundo –, ocorrido em novembro de 2015, em Mariana, tem trazido, como veremos ao longo do trabalho, uma série de violações de direitos às comunidades atingidas, fato que, para as mulheres, traz o aprofundamento de contextos de violência.

Para o desenvolvimento desta proposta, iremos analisar como as questões que se desdobram no processo de produção do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, dão visibilidade à luta das mulheres deste povoado em face dos processos de reparação integral.

A justificativa para o desenvolvimento deste estudo, para além do já evidenciado anteriormente – a necessidade de trabalhos que abordem produção do espaço em áreas rurais em face das questões de gênero; e os desdobramentos, para as mulheres de uma comunidade rural, do rompimento da barragem de Fundão –, também reside na emergente necessidade de ampliar o debate sobre as questões de gênero a fim de ajudar no processo de emancipação da condição feminina em meio a sociedade, servindo de base para análise

² A Fundação Renova é a entidade responsável pela reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Ele define o escopo da atuação da Fundação Renova, que são os 42 programas que se desdobram nos muitos projetos que estão sendo implementados nos 670 quilômetros de área impactada ao longo do rio Doce e afluentes. As ações em curso são de longo prazo (Referência).

de como se estruturam essas condições de vulnerabilidade, de internalizações de papéis sociais e o reflexo dessa estruturação nos espaços.

Na busca pelas ferramentas que auxiliassem no processo de construção e entendimento do tema e das questões deste trabalho, esta monografia foi construída a partir de encontros. O primeiro, se deu a partir do seminário³ “Violência contra a mulher em Ouro Preto, Minas Gerais”, onde uma das palestras foi proferida por Natália Alves, jornalista e mestre em Arquitetura e Urbanismo, militante e feminista antirracista. Essa palestra foi determinante para que, em um primeiro momento, se reforçasse meu desejo pelos estudos sociais dentro do campo da Arquitetura e Urbanismo. Principalmente, pela possibilidade de desenvolver um trabalho relacionado à mulher e suas lutas, partindo sempre da ideia de que se a Arquitetura e Urbanismo não forem um espaço de luta e construção social para todos, como um direito, tornar-me uma profissional nesta área não faria sentido.

O segundo momento surgiu durante minhas atividades como membro do projeto de extensão “Observatório do Reassentamento: rede de ações e apoio aos atingidos de Mariana e Barra Longa/MG” vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais GEPSA/UFOP, quando participei, em Gesteira, de uma oficina sobre os parâmetros e diretrizes sobre as questões agroambientais, aplicada pela assessoria técnica das pessoas atingidas de Barra Longa – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) –, com a participação do GEPSA. A partir desses dois momentos, construíram-se as bases para este estudo.

Tendo em vista o objetivo proposto, o método cartográfico mostrou-se o mais apropriado para o desenvolvimento desta monografia, já que se pretende dar visibilidade à relação das mulheres de Gesteira e à produção do espaço no processo de construção do Plano Popular do Reassentamento Coletivo. Isso porque, a cartografia implica em um processo de produção que é coletivo em função de trabalhos que são desenvolvidos “com” as pessoas envolvidas e não “para” ou “sobre” elas. Desse modo, a cartografia tem como possibilidade a quebra da cisão entre pesquisador e objeto de pesquisa e, conseqüentemente, a configuração de processos de emancipação e transformação social. Acerca deste posicionamento, Romagnoli (2009) afirma:

³ O seminário faz parte da ementa da disciplina Projeto Arquitetônico II, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A disciplina aborda questões relacionadas à produção do espaço, relacionando-as às questões de gênero, especificamente ao debate da violência contra a mulher na cidade de Ouro Preto

[...] A cartografia se apresenta como valiosa ferramenta de investigação, exatamente para abarcar a complexidade, zona de indeterminação que a acompanha, colocando problemas, investigando o coletivo de forças em cada situação, esforçando-se para não se curvar aos dogmas reducionistas. Contudo, mais do que procedimentos metodológicos delimitados, a cartografia é um modo de conceber a pesquisa e o encontro do pesquisador com seu campo. Entendemos que a cartografia pode ser compreendida como método, como outra possibilidade de conhecer, não como sinônimo de disciplina intelectual, de defesa da racionalidade ou de rigor sistemático para se dizer o que é ou não ciência, como propaga o paradigma moderno. (ROMAGNOLI, 2009, p.169)

Sendo assim, o caminho que esta monografia percorrerá, partiu dos encontros com essas mulheres de Gesteira, povoado de Barra Longa. Tais encontros foram possíveis, já que o GEPSA/UFOP – grupo do qual faço parte – a AEDAS, a Comissão de Atingidas e Atingidos de Barra Longa, juntamente com a comunidade de Gesteira estão construindo colaborativamente o Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira. A partir da aplicação de atividades metodológicas alicerçadas no método cartográfico, no âmbito do “Observatório do Reassentamento”, o GEPSA tem realizado oficinas, participado de visitas técnicas e acompanhado os processos de negociação entre comunidade atingida e Renova em face do reassentamento. As atas, áudios e registros fotográficos das reuniões e oficinas com as mulheres, no âmbito do GEPSA, foram ferramentas que me guiaram neste processo.

A fim de atingir os objetivos desta monografia, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos, sendo o capítulo 2 - Produção do espaço, gênero e desastres socioambientais oriundos da mineração –, um capítulo que busca explorar os conflitos na produção do espaço, advindos de questões sociais, particularmente no que se refere aos papéis de gênero. Somada à essa questão, pretende-se discorrer também sobre como esses conflitos se desdobram dentro do contexto dos desastres socioambientais provocados por atividades extrativo-minerárias, como a exemplo deste trabalho: o do rompimento da barragem de Fundão e seus impactos em Barra Longa e Gesteira.

Posteriormente, no capítulo 3 – Movimentos de lutas territoriais liderados por mulheres e o caso de Gesteira no PPRCG – será apresentado um panorama dos movimentos sociais encabeçados por mulheres, seus antecedentes, marcos e conquistas, trazendo para a dimensão deste trabalho, a importância dessas lutas territoriais no âmbito dos territórios rurais, por tantas vezes, invisibilizado por estudos nos campos da Arquitetura e Urbanismo, que adotam, como regra geral, estudos mais afincos sobre territorialidades urbanas. Desse modo, em um subcapítulo específico, abordaremos os movimentos de luta liderados por mulheres, no contexto brasileiro e, logo em seguida,

em outro subcapítulo, exploraremos a luta das mulheres no povoado de Gesteira, a partir do Plano de Reassentamento Popular Coletivo de Gesteira.

Por fim, o último capítulo, o capítulo 4, visa apresentar a cartografia desenvolvida nesta monografia, mostrando o envolvimento das mulheres do povoado de Gesteira e evidenciaremos suas contribuições ao PPRCG e ao próprio estudo de produção do espaço avaliado sobre as perspectivas de gênero.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO, GÊNERO E DESASTRES
SOCIOAMBIENTAIS ORIUNDOS DA MINERAÇÃO

O CASO DE GESTEIRA



Neste capítulo, apresentaremos como autores discutem o processo de produção do espaço de forma a aliar esta questão à problemática da segregação e discriminação socioespacial no Brasil, especificamente ao que se refere às questões de gênero. Como esta monografia está relacionada as lutas das mulheres de Gesteira pelo reassentamento, torna-se essencial trazer para essa discussão a repercussão dos desastres socioambientais provocados pela mineração a esses temas.

A partir dessas discussões serão evidenciadas, em função do tema deste trabalho, como as mineradoras interferem nas relações da produção do espaço, tanto na instauração de suas atividades e nas suas relações com os territórios e suas comunidades, quanto no caso de desastres que comprometem os mesmos. Assim, num primeiro momento trataremos de produção do espaço e gênero e, num segundo, adicionaremos a essa discussão a questão minerária que tem provocado desastres de grande amplitude no Brasil, e em especial, no estado de Minas Gerais. Por fim, pontuaremos como todas as adversidades que esta problemática entre produção do espaço, gênero e desastres socioambientais conduziu ao surgimento do Plano Popular do Reassentamento Coletivo – travada como resistência e luta pelo povoado de Gesteira -, o qual será desenvolvido como último subcapítulo.

Capítulo 2.1

Produção do espaço e gênero

Partindo da fala de Harkot (2015, p.2): “Nas últimas décadas, se o cotidiano da mulher brasileira mudou e ela também foi incluída nas relações de trabalho produtivo e externos à casa, os papéis de gênero na dinâmica familiar – fruto de séculos de construção sociocultural – não se alteraram no mesmo ritmo”. Se por um lado, esta fala retrata a mudança de cotidiano da mulher branca, de classe média e burguesa, por outro lado, não retrata a realidade do grupo de mulheres pobres e negras no contexto brasileiro. Estas, desde o início do caminhar de sua história são obrigadas a trabalhar fora de suas casas, por questões de sobrevivência e subserviência. Sobre esta dinâmica de trabalho no contexto espacial, Bueno (2017) nos traz:

[...] O histórico de ocupação do espaço urbano por mulheres no Brasil se dá a partir das mulheres negras escravizadas. Os estudos sobre escravidão apontam que essas mulheres eram colocadas para trabalhar nas ruas, visando o lucro de seus proprietários, em pequenos comércios como quitandeiras e lavadeiras, designadas como escravas de ganho. As mulheres negras livres ou forras, também ocupavam as ruas das cidades executando serviços, desta forma, organizavam seus orçamentos domésticos e garantiam o sustento de suas famílias. Ou seja, o trabalho no âmbito externo sempre esteve presente na vida das mulheres negras. A vivência e a experiência com as lógicas do urbano compõem a trajetória das mulheres negras no contexto das cidades. (BUENO, 2017, p.12)

Figura 1: Escravas e o trabalho no espaço público



Fonte: Coleção Instituto Moreira Salles

Apesar da diferença de contextos entre estes grupos de mulheres, a questão sobre a internalização de papéis sociais no cotidiano dos espaços é um ponto em comum que nos guiará no debate entre produção do espaço e gênero neste capítulo. A partir da análise da forma em que a cidade e seus espaços passaram a ser ocupados por mulheres a partir dos anos 1970 e 80, buscaremos evidenciar como se dá a lógica de ocupação e conformação dos espaços num meio opressor de gênero.

Outros autores nos dão pistas sobre a forma como o sistema patriarcal há muito se faz presente, estabelecendo relações de dominação e manipulação dos espaços, das atividades cotidianas, das relações familiares, da divisão sexual do trabalho, entre outros mecanismos que estabelecem relações de poder. Para além dessas condições do cotidiano, este sistema se estabelece pelo modo que a história do mundo é vista e contada. Sobre a produção do espaço assim como em sua infraestrutura e funcionamento, submetidas à lógica masculina.

[...]A história das mulheres nasce a partir do corpo, das questões que a diferenciam do sexo oposto, dos papéis que desempenham na vida privada; hoje, abrange o espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Muito mais que história das mulheres, abrange a história do gênero, das relações entre os sexos, integrando a masculinidade. Mas ainda se trata de um trabalho de resgate, e ainda está muito vinculada à questão do corpo e sua relação com o espaço que ocupa na cidade. (VIEIRA, 2015, p. 6)

A partir do que Vieira (2015) nos afirma, acima, acerca dos papéis que as mulheres desempenham na vida privada, que abrange o espaço público da cidade e todas as funções que nela se estabelecem, é necessário que busquemos entender como se desempenha esta dicotomia homem/mulher no cotidiano dos espaços. Vieira (2015, p.28) nos lança um questionamento: “Contraditoriamente, costuma-se dizer: lugar de mulher é na cozinha, ou seja, lugar de mulher é dentro de casa. Por oposição, a rua, a cidade, seria o lugar do homem? ”. Sabe-se que não, estes embates de disputas territoriais, de relação de posse, fazem parte da cidade enquanto opressora de gênero.

Historicamente, as mulheres são confinadas às suas residências, onde a vida das mesmas se baseia na procriação, submissão e servidão aos considerados “chefes” de família, os quais são tidos como os que “trabalham e mantêm” a estrutura familiar. Entretanto, como vimos acima, esta referência está vinculada às mulheres brancas já que os espaços públicos têm sido configurados como espaços de trabalho e de circulação de mulheres negras. De qualquer modo, este tipo de abordagem de divisão sexual do trabalho, impôs um modelo hegemônico excludente de atividades, em que apenas o sujeito masculino foi reconhecido socialmente. Como reforça Vieira (2015, p. 29): “A

construção do domínio privado no imaginário ocidental está relacionada ao feminino, na medida em que é dada à mulher a responsabilidade por manter a domesticidade do lar.”

Em contrapartida a esta organização social cristalizada, homens provedores versus mulheres cuidadoras, pesquisas tem demonstrado o quanto a configuração familiar vem se transformando no decorrer da última década. Uma delas, realizada pela Escola Nacional de Seguros, lançada em março de 2018 – Mulheres Chefes de Família no Brasil: Avanços e Desafios – foi constatado o aumento de famílias chefiadas por mulheres. Entre 2001 e 2015 ocorreu um crescimento de 105%, o que significa um total de 28.9 milhões de famílias chefiadas por mulheres em 2015, ano dos últimos dados. (ENS, 2018).

Esta pesquisa analisou outros tipos de configurações familiares, tais como: casal sem filhos; casal com filhos; arranjo monoparental feminino e masculino - ambos caracterizados por terem filhos e morarem sozinhos -, entre outras configurações. Apesar dessa quebra de modelo patriarcal e dominante, estes rearranjos trazem uma série de desafios, tanto no âmbito social, quanto no político.

Seguindo com este pensamento, no âmbito social é preciso analisar as condições que abrigam estas novas configurações familiares brasileiras, muitas delas lideradas por mulheres monoparentais, ou não, – que além da dificuldade da dupla jornada (mães e trabalhadoras) -, são expostas a subempregos e salários mal remunerados, o que amplia a feminização da pobreza, decorrente da discriminação sexual do trabalho. Sobre esta condição, Silva reafirma: “Muitas mulheres chefes de famílias inseridas no trabalho mal remunerado têm, muitas vezes, condições de vida piores do que aquelas que não são chefes de família” Silva (2017, p.2). Esta colocação nos diz muito sobre o ciclo de dependência da mulher ao ser masculino, já que, por falta de oportunidades e sem recursos, se veem sem possibilidades de sustentar a família.

Entender a conformação dos núcleos familiares, onde as mulheres se situam socialmente e espacialmente, assim como as condições que estas encontram para cumprirem as atividades cotidianas, é pertinente para que possamos entender suas reais necessidades. A busca por compreender como os espaços e a cidade estão preparados para abarcar tais indispensabilidades, sendo lugares onde justiça e igualdade possam ser construídas e exercidas é um desafio. Casimiro (2017) propõe:

[...] ...analisar como a urbe dialoga com a presença feminina é de fundamental importância tendo em vista que o desempenho das inúmeras funções, mãe, companheira, profissional, em diferentes áreas, solicita da cidade a mobilidade e a acessibilidade, envolvendo o livre transitar da mulher, inclusive para o trabalho, a possibilidade de acessar serviços públicos e privados, lazer e cultura

sem cerceamento, muitas das vezes provocado pelo receio à sua integridade física. Para que a cidade seja funcional à mulher é preciso que ela perceba a presença feminina, o que envolve permitir sua participação nos espaços decisórios sobre o desenho, o uso e ocupação da cidade. (CASIMIRO, 2017, p.9)

O livre transitar da mulher, o acesso aos serviços públicos e privados, lazer e cultura sem cerceamento expostos acima, são direitos privados pela grave situação de insegurança e violência contra as mulheres que, ocorre diariamente no cotidiano das cidades. Dados do IPEA lançados no *Atlas da Violência 2019*, nos mostra que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007, conforme mostra a figura 1 (IPEA, 2019).

Figura 2: Painel de Violência contra Mulheres no Brasil



Fonte: IPEA

Os inúmeros casos de violência como estupro, assédio verbal e morte acontecem diariamente, gerando medo e impedindo as mulheres de realizarem suas atividades cotidianas de forma tranquila e segura. Segundo Harkot (2015), ruas mal iluminadas e sem saída; mobilidade restrita devido ao insuficiente número de linhas de transporte

coletivo; limitado número de meios de transporte e altos valores de tarifa são entraves que compõe esta redoma de exclusão. Harkot (2015, p. 2).

Em relação à segurança à vida das mulheres, estes dados nos levam a questionar o quanto os espaços são e tem se tornado, cada vez mais, locais inseguros, perigosos e excludentes. Para se entender como as tarefas diárias se tornam um desafio às mulheres, precisamos, de antemão, entender os deslocamento e fluxos que elas irão enfrentar. A fim de compreendermos melhor esta questão, Harkot (2015) nos ajuda:

[...] A circulação feminina não é mais restrita aos pequenos trajetos em função das tarefas que lhes são historicamente atribuídas – casa, mercado, feira, comércio local, escola. O binômio casa trabalho e as dinâmicas em torno dele, fruto do planejamento urbano centrado na vivência masculina, não levam em consideração, por exemplo, as múltiplas pequenas viagens que as mulheres fazem dentro de um único deslocamento (entre sair de casa e chegar ao trabalho) ou mesmo o fato de as taxas relacionadas ao uso, por mulheres, da bicicleta como meio de transporte ou de modos motorizados individuais serem muito inferiores às dos homens – no primeiro caso, elas não se sentem seguras o suficiente para pedalar na cidade, no outro, é o homem quem geralmente monopoliza o uso do carro da família. (HARKOT, 2015, p.2)

A fala de Harkot (2015) acima, novamente, nos remete a um grupo de mulheres distintos. No caso destas, apesar de terem um número reduzido de meios de transporte motorizados em relação aos homens, ou ainda, possuírem um veículo na família que é monopolizado pelos mesmos, é o retrato da realidade de mulheres de classe média, alta e brancas. As mulheres negras há muito se encontram no pior índice de pobreza no Brasil, e dificilmente possuem um veículo motorizado, dependendo assim, dos meios de transportes públicos sendo que, por vezes, são obrigadas a enfrentar seus deslocamentos a pé.

Se existe uma realidade segregacionista entre mulheres e homens, é cabível aqui, apontarmos para a realidade entre mulheres brancas e negras, como outro processo de discriminação e exclusão.

Entender a lógica espacial no que compete ao gênero e suas espacialidades, também pode ser analisada a partir da ótica da divisão sexual do trabalho. Para Biroli (2016), as desigualdades caracterizadas por gênero, refletem na forma como o trabalho vai ser reconhecido socialmente. As questões que avaliam o trabalho doméstico, por exemplo, como sendo não produtivo, nos faz compreender como o sistema patriarcal e capitalista rege o funcionamento das relações sociais.

Todas as questões debatidas até aqui nos conduzem a urgência de se pensar em como contribuir para formas de produção do espaço que tragam mais equidade para a questão de gênero e também para ferramentas que possam trazer a emancipação das

mulheres, as suas reais necessidades e, acima de tudo, que estas possam se sentir parte dos espaços, sejam eles dentro ou fora dos lares. É válido ressaltar que isso implica em lutas não são só por territórios articulados às necessidades das mulheres e seus cotidianos, mas também por conquistas sociais.

As referências e discussões que foram aqui desenvolvidas, estão centradas, como dissemos anteriormente, majoritariamente no que concerne às questões do espaço referentemente às situações urbanas. Tal fato evidencia a dificuldade de se encontrar dados e informações sobre a relação entre espaço e gênero no ambiente rural. Por isso, esperamos que com o estudo sobre a luta das mulheres de Gesteira para a construção do Plano Popular do Reassentamento Coletivo, possamos trazer contribuições para tais questões. Mas antes disso, trataremos, no próximo subcapítulo das conexões entre a produção do espaço e a atividade minerária.

Capítulo 2.2

Atividades minerárias, produção do espaço e gênero

No livro *O Espaço Urbano*, Corrêa (1995) pontua, em uma ordem hierárquica, os agentes que fazem e refazem a cidade, ou seja, os agentes produtores do espaço. Nesse sentido, segundo o autor, são eles: “os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o estado, e por fim, os grupos sociais excluídos” Correa (1995, p.12). Muito embora saibamos das articulações que, muitas vezes, conectam esses agentes, é justamente sobre os proprietários dos meios de produção, nos quais se incluem os grandes industriais, que destacamos a questão da mineração.

No que tange a produção do espaço, a atividade minerária é altamente impactante. Por vezes, provoca alterações irreversíveis ao meio em que se instala, alterando o meio ambiente, expropriando recursos naturais e desarticulando as relações entre pessoas, comunidades e seus territórios. Por outro lado, considerada uma das bases da sociedade industrial, a mineração movimenta e alimenta a economia de outros setores produtivos, já que a matéria prima dela extraída é utilizada em larga escala mundialmente. Acerca dos impactos, Milanez (2017) pontua:

[...]. Os impactos socioambientais da mineração não são simples, nem espacialmente limitados, muito menos temporalmente restritos. Na verdade, muitos deles são ecologicamente complexos, espacialmente amplos e, por serem irreversíveis, temporalmente permanentes. ” (MILANEZ, 2017, p.94)

No caso brasileiro, o fim do período colonial – iniciado no século XVI, com o Ciclo do Ouro, principalmente, em Minas Gerais, Goiás, Bahia e Mato Grosso – não alterou o processo de extração mineral. Segundo Silva (2018):

A extração mineral em larga escala no Brasil se dá desde os primórdios de sua colonização. Do século XVI ao XIX houve o ciclo do ouro e de diamante em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso bem como a instalação das primeiras indústrias de ferro em Minas Gerais e São Paulo. A partir do século XX, e principalmente com a Segunda Guerra Mundial os segmentos de siderurgia, cimento, metalurgia, alumínio, cobre, dentre outros metais se consolidaram. Na década de 50 a indústria foi expandida para suprir o consumo interno e de exportação. (SILVA, 2018, p. 13)

De acordo com Gonçalves (2016, p. 41), a América Latina, transformou - se numa das principais fronteiras da expansão mineral do mundo, com participação significativa na produção mundial de minérios estratégicos para as indústrias alta tecnologia. Neste contexto, o Brasil se inclui como um dos principais participantes.

No que diz respeito à produção do espaço, a instalação de grandes complexos indústrias implicam na criação e implementação de infraestruturas, muitas vezes, em grande escala. Desse modo, os espaços sofrem interferência bruscas que abrangem desde as vias que precisam ser abertas para que seja feito o transporte de equipamentos, mão de obra e máquinas pesadas, até os sistemas de abastecimentos de água e eletricidade que necessitam ser instalados como base do sistema produtivo. Silva (2018, p. 17). Todos eles despedem de elevados níveis de energia e recursos naturais Milanez (2016, p.96). Ainda, as cidades próximas a esses empreendimentos recebem, com a instalação desses complexos minerários, um grande contingente populacional que traz grandes impactos para o município no qual se instala.

Foi este, por exemplo, o caso de Conceição do Mato Dentro que de acordo com Xavier (2018) é “uma cidade de pequeno porte do estado de Minas Gerais que se encontra sob o olhar do capital mineral. ” (XAVIER, 2018, p.25). Segundo a autora, as atividades minerárias trouxeram para o espaço urbano da cidade, uma série de alterações e conflitos socioespaciais e econômicos. Ela nos dá como exemplos, o reassentamento da população diretamente afetada pelo empreendimento, o significativo aumento na produção de lixo e deposição final inadequada e o mercado imobiliário que, está inflacionado em função da grande demanda por hospedagem dos trabalhadores da cidade. (XAVIER, 2018, p. 25). Sobre estes fatos, fica evidente a agressividade causada aos territórios onde a atividade minerária se instala, muitos deles, sem infraestrutura para receber indústrias de grande escala, demonstrando também, o quanto essa indústria exploratória muito traz, mas pouco deixa ao que se relaciona a produção do espaço.

A partir do exposto, destacamos a importância das lutas territoriais que vem ocorrendo em muitas regiões mineradas de nosso país como forma de resistência ao modo de atuação das empresas minerárias e também como maneira de pressionar o Estado a implementar políticas e novos marcos legais já que a legislação atual não tem servido como instrumentos de proteção às populações atingidas por essas atividades. Acerca deste cenário, Milanez discorre:

[...] Assim, eu defendo que se não identificarmos de forma precisa os diferentes impactos socioambientais das atividades de extração mineral em larga escala e explicitarmos seu alcance nas dimensões geográfica e temporal, não seremos

capazes de criar políticas suficientemente eficazes para conter os danos causados por essa atividade. Ao contrário, aceitaremos legislações cada vez mais frágeis e flexíveis, como as que vêm sendo propostas tanto no nível Federal, quanto no estado de Minas Gerais.” (Milanez, 2017, p. 94)

Para além dos impactos nos territórios, outros problemas são acarretados pela indústria mineral: emissões atmosféricas; consumo e contaminação de recursos hídricos e impactos gerados aos modos de vida das comunidades. Nesse contexto, segundo Milanez: “A mudança da paisagem não se restringe a áreas naturais ou isoladas. Em situações onde as minas encontram-se próximas às áreas urbanas, a transformação também ocorre no ambiente construído” (MILANEZ, 2017, p.94). O autor, assim exemplifica:

[...]Em Itabira, para garantir a expansão das minas da Vale foram desmobilizados diferentes grupos de moradia operária, como Vila Sagrado Coração de Jesus, Vila Conceição de Cima e Vila Cento e Cinco, bem como bairros não vinculados à mineradora, como o Aglomerado da Camarinha e a Vila Paciência (Souza, 2007).” (Milanez, 2017, p. 95 apud Souza, 2007)

Ainda, é importante evidenciar que, mesmo antes dos inícios da atividade da indústria mineradora, os processos e modos de instalação vinculados a essas empresas já acarretam sérios problemas nos territórios sobre os quais se implantam. Sobre este processo de instalação, Milanez (2017) nos detalha:

[...]A principal forma de extração mineral no Brasil ocorre por meio das minas a céu aberto. Sua instalação inicia com o desmatamento da região a ser lavrada e a retirada de todo o solo fértil. Como esse solo normalmente possui baixo teor de minério, ele é contraditoriamente chamado de “estéril” pelas mineradoras. Esse estéril é, então, acumulado em grandes pilhas. Na maior parte dos projetos de grande escala, em seguida, inicia-se o processo de extração; que envolve cortes em blocos de dimensão padronizada e confere à mina a aparência de um poço dotado de enormes plataformas em degraus. O preparo da escavação é feito a partir da perfuração dos blocos e da infusão de cargas de explosivos. A detonação afrouxa os blocos, permitindo que escavadeiras mecânicas carreguem o material extraído em caminhões fora de estrada para as unidades de beneficiamento. (MILANEZ, 2017, p. 94)

Todos estes fatores em conjunto se relacionam com a produção do espaço, já que eles modificam substancialmente os modos de vida e os territórios das pessoas que são afetadas pelo sistema produtivo extrativista.

Mas dentre os impactos e transformações socioespaciais causados pela mineração, aqueles que advêm de desastres socioambientais, como o caso dos rompimentos de barragens, tem provocado grande repercussão e também a iminente necessidade de reparação integral às comunidades e à Natureza. Esse tipo de desastre assola o meio ambiente, os recursos naturais, a fauna, a flora assim como as territorialidades e os modos

e projetos de vida das pessoas que são atingidas, que se veem de um instante a outro sem suas moradias, territórios, familiares, atividades, memórias, histórias e formas de subsistência.

Se este debate tem no rastro da destruição provocada pelos rejeitos oriundos do rompimento de Fundão um ponto efetivo de visibilidade – a completa destruição de Bento Rodrigues (Fig.3) e Paracatu de Baixo (Fig.4), em Mariana, e de Gesteira (Fig.5), em Barra Longa, além da desestruturação completa do distrito-sede deste último município (Fig.6) –, no que tange as relações entre o desastre, a desestruturação espacial e o gênero, não podemos dizer o mesmo. A mesma situação pode também ser percebida no recente desastre ocorrido em Brumadinho/MG, em janeiro deste ano.

Figura 3: Bento Rodrigues após o desastre de Fundão



Fonte: Jornal O Tempo, 2016

Figura 4: Paracatu de Baixo após o desastre de Fundão



Fonte: Jornal O Tempo, 2016

Figura 5: Gesteira após o desastre de Fundão



Fonte: Arquivos GEPSA

Figura 6: Barra Longa após o desastre de Fundão



Fonte: Brasil de Fato, 2015

Dos poucos documentos e análises produzidos que lançam luz às questões de gênero no que concerne o desastre de Fundão – que diz respeito diretamente a esta pesquisa – destacamos um estudo feito pela Defensoria Pública do Espírito Santo: “Relatório Preliminar sobre a situação da mulher atingida pelo desastre do Rio Doce no Estado do Espírito Santo”. Nele é evidente a negação de espaços as mulheres atingidas:

os espaços da fala, da participação, da informação, do reconhecimento de seus direitos e da segurança. O estudo aponta para situações em que, a questão de gênero se manifesta, quais sejam, àqueles relativos a recomposição da renda, como por exemplo, no que tange aos programas de auxílio financeiro e indenização mediada previstos no TTAC; seus trabalhos serem considerados como assessorio ou complementar ao do seu companheiro, quando são cadastradas pela Renova ou seja a desconsideração do trabalho doméstico como atividade laborativa. Defensoria Pública do Espírito Santo:

Cumpra aqui atentar que a discussão da questão de gênero não pode ficar adstrita apenas a Fundação Renova e as empresas causadoras dos danos. Deve-se ir além: todos os atores, todas as instituições, todas as entidades, todos os espaços, sejam públicos e privados, que possuem envolvimento ou relação com o desastre do Rio Doce devem passar por uma análise da discussão da temática de gênero. Não há como pensar em transformação social com análise e soluções construídas através de um olhar de foco único. A questão de gênero deve ser observada pelas instituições justiça, pelos movimentos sociais, pelas comissões de atingidos, pela assessoria técnica, pelo Comitê Inter federativo e câmaras técnicas, tanto sob ponto de vista da reparação, quanto pela própria estruturação e funcionamento interno desses organismos. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO, 2018)

Outro aspecto que deve ser mencionado é o de que além das questões que envolvem as mulheres, o racismo ambiental tem sido também observado no contexto do desastre de Fundão. Tania Pacheco, redatora do blog Combate ao Racismo Ambiental, nos traz esta definição.

Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL, 2007)

Segundo Silva (2018), as comunidades à jusante da Barragem de Fundão, tem predominância de pessoas negras e pardas, sendo que em Gesteira, esse índice é de 70,4% e, nas outras duas comunidades que fazem parte deste contexto, Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues, estes índices crescem para 80% e 84,3% de pessoas negras e pardas, respectivamente. (SILVA, 2018, p. 18). Isso é importante porque além da questão de gênero, a raça aparece aqui como uma ampliação do estado de vulnerabilização das pessoas atingidas, ficando evidente a insustentável forma como abrange as atividades de exploração mineral.

Deste modo, após o rompimento da barragem de Fundão é preciso analisar tal racismo sobre outra perspectiva. A necessidade de intervenções nas áreas atingidas do município de Barra Longa, constituídas por duas áreas rurais (Barreto e Gesteira) e uma área urbana (Barra Longa), acarretou em reformas e construções de casas, vias públicas, pontes, terreiros além das indenizações

econômicas e materiais. Porém, através da vivência no município e de dados do Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB) percebe-se distinção sobre as ações realizadas pela empresa, via Fundação Renova, entre as áreas rurais e a área urbana, reformulando o racismo ambiental. (CARNEIRO, OLIVEIRA, 2019, p.3)

Com base nesta breve contextualização, podemos destacar que, como veremos a seguir, a situação sofrida pelas pessoas atingidas de Gesteira, menos que uma exceção é uma regra, considerando os impactos provocados pela exploração e expropriação de nossos minérios.

No caso de Barra Longa, o que inclui o povoado de Gesteira, cabe ainda destacar que, assim como outras localidades ao longo da bacia do Rio Doce afetadas pelo desastre de Fundão, o município não tinha sua economia e subsistência vinculados à mineração. Tal fato evidencia a amplitude da destruição que um desastre provocado por esta atividade pode proporcionar nos territórios. Trataremos do caso de Gesteira de modo mais específico, a seguir.

As atividades que faziam parte do cotidiano das comunidades atingidas, antes do rompimento, eram vinculadas aos pequenos comércios, serviços, artesanatos e à tradicional agricultura familiar que lhes garantiam o sustento e o abastecimento. Como mencionado, mais de quatro anos se passaram desde o rompimento e a incerteza se as terras continuarão ou não a serem produtivas, assombram as pessoas atingidas. Isso se deve ao fato de que os responsáveis pelas reparações aos danos sofridos, hoje representados pela Fundação Renova, até o momento não retiraram o rejeito dos locais contaminados (CARNEIRO; MELO; SOUZA, 2019, p.4, no prelo). Por isso, entendemos que o desastre ocasionou uma série de violações de direitos e é responsável pela situação de instabilidade e fragilidade na qual se encontram milhares de pessoas.

No caso da situação de Gesteira – sobre o qual versa esta monografia –, como salientado anteriormente, apesar do povoado do município de Barra Longa não ter suas atividades relacionadas a indústria extrativa-mineral, a comunidade sofreu graves danos após o desastre.

Na madrugada do dia 6 de novembro, a lama de rejeitos chegou ao povoado de Gesteira e, a partir de então, a comunidade vem sofrendo danos irreparáveis. A 14,8 km do distrito-sede de Barra Longa/MG (Fig.), o povoado de Gesteira, localizado às margens do rio Gualaxo do Norte, era composto, anteriormente ao desastre, por uma população tem torno de 100 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA, 2010).

Figura 8: Contexto espacial da localização de Gesteira



Fonte: Autoria própria (base Google Earth)

Mas essa não foi a primeira vez que o povoado de Gesteira sofreu as consequências de um desastre, embora tenha sido a primeira vez que este desastre tenha sido provocado por empresas minerárias. Em 1979, uma enchente no Rio Gualaxo do Norte causou um forte alagamento, o que atingiu parte das casas do povoado. Para se salvar, a população teve de se instalar em uma parte alta da região, que lhes foi doada, e que, hoje, é conhecida como Mutirão (SILVA, 2018, p.41).

Assim, desde 1981, Gesteira é constituída pela parte baixa de seu território, Gesteira Velho, que foi completamente devastada pelos rejeitos oriundos do rompimento da barragem de Fundão e, na outra margem do rio Gualaxo, na parte mais alta, pelo Mutirão (Fig.9). Vítimas de um deslocamento forçado, mais de trinta núcleos familiares foram expulsos de seus territórios, o que levou essas pessoas atingidas a viverem uma situação de fragilidade e instabilidade econômica e social (CARNEIRO; MELO; SOUZA, 2019, p.4, no prelo).

Figura 9: Vista aérea de Gesteira Velho e Mutirão - antes e depois do desastre de Fundão



Fonte: Autoria própria (base Google Earth)

A comunidade com características rurais, mantinha sua economia e consumo, majoritariamente, provenientes da produção local e da agricultura familiar. Quase tudo aquilo que se consumia, vinha do cultivo de hortas, quintais produtivos e da criação de animais, aos cuidados do povoado. Sobre a continuidade dos cultivos e criações, as pessoas atingidas vivem na incerteza, já que a Fundação Renova, responsável pelas reparações aos danos do desastre, até o momento, não retirou a lama de rejeitos, o que aumenta o risco do empobrecimento do solo. Somado à esta questão, tudo aquilo que alicerçava a existência do cotidiano das pessoas atingidas, a maior parte dos equipamentos

comunitários, dos espaços de livre uso público e dos comércios foram devastados (Fig.10). A escola, igreja, salão comunitário, o campo de futebol e moradias foram dizimadas, desarticulando a vida do povoado (SENNA; CARNEIRO, 2019, no prelo).

Figura 10: Gesteira Velho devastada



Fonte: Arquivos GEPSA

O sofrimento advindo das mortes de familiares e amigos – em virtude do impacto direto com o rejeito – somam-se ao desapontamento pela distância daqueles que tiveram de ser realocados em imóveis alugados em Mariana, Barra Longa e Acaiaca, até que o reassentamento, de fato, se cumpra. Junto a este cenário desolador, outra questão alarmante está vinculada à saúde da população. A contaminação por metais pesados foi confirmada após exames realizados nas pessoas atingidas, o que é grave, já que a longo prazo, estes contaminantes podem gerar doenças mais graves e novos falecimentos. Em fevereiro de 2018, dez moradores receberam os resultados dos exames de “Qualificação de metais totais em sangue” e, em maio do mesmo ano, mais cinco pessoas tiveram os exames concluídos. Hoje, somam 15 o número de pacientes examinados, e desse total, todos tiveram os laudos positivos para contaminação por metais pesados, como, por exemplo, níquel e arsênio. (Jornal A Sirene, 2018).

Posto isso, além dos aspectos físicos, as pessoas atingidas têm sofrido um aumento significativo de doenças relacionadas à saúde mental, quais sejam, ansiedade, dependência química, estresse pós-traumático e tentativas de suicídio. Todas elas se relacionam com a perda dos modos de vida e a impossibilidade de realizarem as atividades que os moviam e mantinham saudáveis (SILVA, 2018, p.41). Estudos foram realizados pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no início de 2018, em

parceria com a Cáritas Brasileira, a fim de se analisar o estado mental pós rompimento da barragem de Fundão. A pesquisa se direcionou aos atingidos de Mariana e sua região circunscrita. Os dados revelam que em relação a depressão, 28,9% dos entrevistados foram constatados com o distúrbio. Já o transtorno de ansiedade generalizada atinge 32%, enquanto o comportamento suicida foi identificado em 16,4% dos entrevistados. Entre eles, 6,7% tiveram ideação suicida e 1,8% haviam tentado se matar no mês anterior às entrevistas.

Em vista a todo este contexto de violações de direitos humanos, entendemos que a indústria extrativa mineral, além da agressão física causada desde sua implantação em determinadas localidades, como já exposto no capítulo anterior, também assola territórios e agride a vida de inúmeras pessoas, tendo ou não relação com as atividades minerárias. Milanez (2016), contribui para nosso entendimento acerca destas abordagens, trazendo um panorama do contexto do desastre de Fundão e as relações com o modo de operar das empresas deste setor industrial:

[...]. As operações de disposição de rejeitos na indústria extrativa mineral no Brasil, em geral, e na Samarco, em particular, constituem uma opção tecnológica determinada por incentivos de mercado (em processo de mudança significativa em função da alteração para um macrocenário de pós-*boom* das *commodities*), práticas corporativas inadequadas e intensificadoras de riscos socioambientais e da inação estatal no que concerne à fiscalização e controle. Em grande medida, o setor mineral no Brasil sofre de uma espécie de “dependência de barragens” que configura um horizonte de risco ampliado para populações e ecossistemas no entorno destas estruturas de disposição. Deste modo, o rompimento da barragem do Fundão deve ser entendido no contexto de intensificação da produção mineral. A Samarco se baseou na aposta de uma conjuntura de continuidade de elevada demanda e preço do minério de ferro e pela opção por garantir níveis de lucratividade e de retorno aos seus acionistas, aumentando o endividamento e, para compensá-lo, a extração, o beneficiamento e a produtividade. As decisões administrativas possivelmente repercutiram nas medidas de segurança do trabalho e da barragem, que culminaram no rompimento. (MILANEZ, 2016, p. 77, 78)

Assim, se por um lado, a população de Gesteira convive com a sombra da perda, em virtude de tamanha violência, por outro, travam uma luta pela retomada dos seus direitos que foram violados. É sobre esta luta que iniciaremos o próximo capítulo, sobre como as pessoas sobreviventes do desastre tem resistido e, coletivamente com sua assessoria técnica (AEDAS) e a academia (GEPSA), veem construindo o Plano Popular do Reassentamento Coletivo.

Capítulo 2.3.1

O Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira como resistência e luta

Até este momento, apresentamos um cenário de violências e violações de direitos que agravam a situação de injustiças sociais, nas quais vivem as pessoas atingidas das comunidades atingidas e, especificamente, o povoado de Gesteira. Em resposta a essas circunstâncias de opressões, trazidas pelas atividades exploratórias da mineração, trataremos neste capítulo, de destacar como se deram os processos de implementação do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, uma resposta ao cenário de violência e injustiças que se perpetuaram após o desastre de Fundão. Apresentaremos os percursos e entraves que a comunidade, assessoria técnica e academia, coletivamente, têm enfrentado, como também, as conquistas alcançadas através de seus esforços coletivos.

Desde novembro de 2015, os processos de negociação para que ocorra o ressarcimento das comunidades atingidas vem se prolongando e a comunidade vem sofrendo com a negligência por parte dos responsáveis pelos processos de reparação e pelo modo controverso como atuam.

Para que possamos entender o processo de construção do PPRCG, é necessário observarmos as formas como vem sendo construído e que contemplou, de acordo com Senna e Carneiro (2019), três momentos. O primeiro momento se inicia logo após o rompimento de Fundão e contempla o período de atuação da Samarco, no processo de reparação, e se estende até a implementação da Fundação Renova. O segundo momento começa com o início das atividades da Fundação Renova e vai até a implementação da assessoria técnica às atingidas e atingidos de Barra Longa/MG, a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS). Finalmente, o terceiro momento, diz respeito ao início da atuação da AEDAS e, se estende até o momento presente desta escrita.

Acerca do primeiro momento, desde seu início foram percebidas falhas. A Samarco atuou de forma a de distanciar a participação popular das comunidades atingidas a respeito das propostas e das tomadas de decisões acerca dos processos do reassentamento, o que diz respeito, inclusive, à utilização de um linguajar técnico que

dificulta o entendimento dos processos realizados para as pessoas atingidas. Senna e Carneiro (2019) nos relatam esse modo de atuação:

[...] A Samarco desconsiderava a participação das pessoas atingidas, de modo a assumir as rédeas do processo de reassentamento. É o que se pode perceber a partir do comunicado de sua assessoria de imprensa, datado de outubro de 2016, informando que a Samarco “articula com as prefeituras de Mariana e Barra Longa a elaboração dos projetos urbanísticos de acordo com as legislações municipais. Os projetos de Bento Rodrigues e Gesteira possuem propostas para apresentação junto às comunidades”. Como pode ser visto, de acordo com a empresa, as negociações ocorriam no âmbito do poder público sem qualquer participação popular. (SENNA; CARNEIRO, 2019, p. 12, no prelo)

[..]. Assim, se por um lado, a Samarco, declarava em nota pública que as negociações sobre o reassentamento estavam sendo feitas diretamente com a prefeitura, por outro lado, notava-se a ausência de representantes do poder público municipal, nas reuniões, visitas técnicas e audiências públicas nas quais se tratou do tema. Não apenas pudemos comprovar, pelas atividades de campo, essa ausência, mas também é possível observá-la partir das atas 7 desses encontros. (SENNA; CARNEIRO, 2019, p.12, no prelo)

Desde esse momento, o GEPSA trabalhava no território com as pessoas atingidas e com o do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – acompanhava audiências, reuniões, assembleias, etc. Nesse contexto, em junho de 2016, a convite do MAB, o GEPSA participou de uma das visitas técnicas proposta pela Samarco que tinha como objetivo apresentar os terrenos possíveis para o reassentamento à comunidade de Gesteira. Um deles, conhecido como o do Sr. Clécio e, o outro, como dos “Macacos”. O primeiro possuía 1 hectare de área e o segundo 7 hectares. Naquele próprio mês, após a visita aos terrenos, desprovidos de uma assessoria técnica que os auxiliasse na escolha e, com dificuldade de entender os materiais recebidos devido ao alto nível de complexidade, a votação foi realizada de modo intempestivo e o terreno dos Macacos foi escolhido. Entretanto, a área do terreno não se ajustava às demandas dos núcleos familiares que seriam reassentados e ainda deixava de reconhecer alguns núcleos familiares como tendo direito ao reassentamento (SENNA; CARNEIRO, 2019, no prelo).

Já o segundo momento coincide com o início da atuação da Fundação Renova e se estende até a implementação das atividades da assessoria técnica. A Fundação Renova, como já mencionado, é a entidade responsável pela reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), criada no âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). O TTAC foi assinado cerca de quatro meses após o desastre, em março de 2016, entre as empresas responsáveis: Samarco, Vale e B.H.P Billiton, o poder público e diversos entes federativos (SENNA; CARNEIRO, 2019, no prelo). A Fundação ainda é responsável por 42 programas de reparação que

abrange questões socioambientais e socioeconômicas, ao longo dos 670 km de área afetada ao longo do Rio Doce e seus afluentes. A partir de agosto de 2016, a Renova começou a substituir a empresa Samarco frente aos processos de reparações.

A Fundação Renova, como representante das ações de reparações pelo desastre, se apresenta como um contrário ao que se pretende. Entre os vários episódios que comprovavam esta afirmação, recordarmos da reunião ocorrida em março de 2017, com as atingidas e atingidos do povoado de Gesteira para tratar das questões relativas ao terreno do reassentamento. Foi apresentado à comunidade dois projetos urbanísticos denominados “*Masterplans* Preliminares” (Figs. 11 e 12): um abrangendo o terreno escolhido, “Macacos”, e outro terreno, apresentado naquele momento, desconhecido até então pela comunidade. Sobre esse episódio, nos relata Senna e Carneiro (2019):

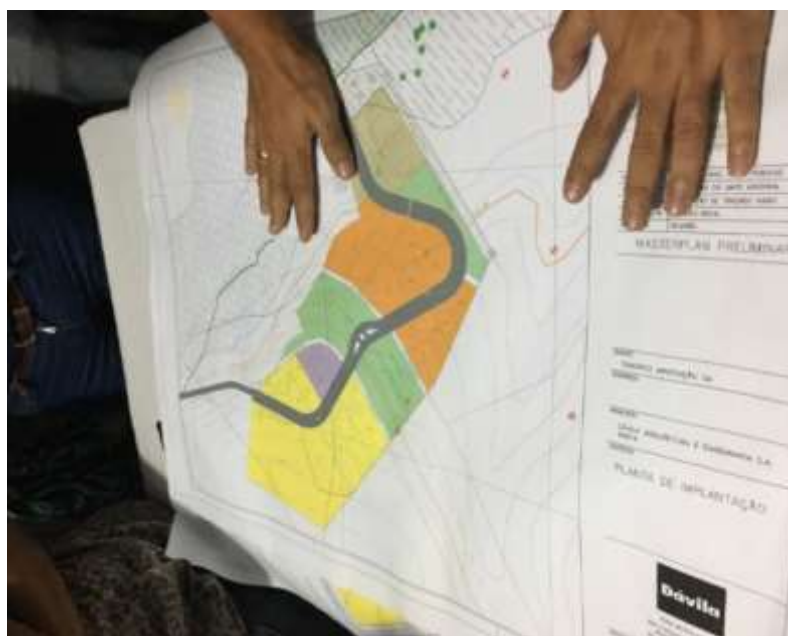
[...] O próprio nome dado ao material apresentado – *Masterplan* – já poderia indicar o distanciamento das propostas para a situação do reassentamento, em virtude das características da comunidade de Gesteira Velho. Esta ferramenta urbanística utilizada para o desenvolvimento de planejamentos estratégicos em áreas urbanas, não apenas foi aplicado sem qualquer participação das pessoas atingidas, como se mostra inadequada para situações de projetos para núcleos rurais tendo em vista sua aplicabilidade em grandes. Ainda, a forma de apresentação eminentemente técnica e com linguagem de difícil compreensão por ser própria ao planejamento urbano, não permitia uma avaliação efetiva de cada uma das propostas pelas pessoas atingidas de Gesteira. De qualquer modo, o que trazia preocupação nesta reunião de apresentação dos *Masterplans* foi a indicação, pela Renova, da inviabilidade de suas execuções. Quanto ao desenho apresentado e relacionado ao terreno dos “Macacos”, a Fundação apontava a inviabilidade em face da negativa dos proprietários vender a área. Já na proposta desenvolvida para o alternativo àquele votado – cujos proprietários eram os mesmos do terreno escolhido pela comunidade – a inviabilidade residia no fato de que parte da área estava *sub judice* devido a um direito de Usucapião. (SENNA; CARNEIRO, 2019, p. 15, no prelo)

Figura 11: Masterplan preliminar para o reassentamento de Gesteira apresentado em reunião do dia 16/03/17 – proposta 1



Fonte: Arquivos GEPSA

Figura 12: Masterplan preliminar para o reassentamento de Gesteira apresentado em reunião do dia 16/03/17 – proposta 2



Fonte: Arquivos GEPSA

Sobre a mesma reunião, Senna e Carneiro (2019) nos chamam atenção para o fato da equipe do Programa de Indenização Mediada (PIM) da Fundação Renova – responsável pelas indenizações individuais – estavam presentes em um debate que se tratava de questões coletivas que tangenciavam o processo do reassentamento. A presença desta equipe, em conformidade com as estratégias de atuação da Fundação, acabou por

culminar num desacordo entre a própria comunidade, que se dividia entre aqueles que gostariam de aderir ao PIM e àqueles que queriam lutar por um reassentamento coletivo.

Esta situação de descaso e desrespeito diante da situação das pessoas atingidas que, após dois anos, esperavam alguma resposta efetiva acerca dos rumos da reparação, gerou conflitos e aprofundou ainda mais a situação de fragilidade e exaustão das pessoas do povoado. Ainda, a falta de uma equipe que pudesse assessorar tecnicamente, de modo independente das empresas, as comunidades atingidas, acirrava assimetrias e multiplicava problemas de seguridade em relação aos processos e decisões frente a reparação integral.

[...]“as respostas que eram dadas, inicialmente, pela Samarco e, num segundo momento, pela Fundação Renova, para a variedade de problemas levantados pelas pessoas atingidas, não solucionavam os problemas/demandas e muitas vezes acabavam por gerar outros tantos.” (SENNA; CARNEIRO, 2019, p. 16, no prelo)

A disponibilização de assessorias⁵ aos atingidos de toda a bacia do Rio Doce ocorreu em novembro de 2017, mas antes disso, como resultado da luta das comunidades de Barra Longa que já sofriam com problemas advindos das reparações em suas moradias e territórios desde o desastre – Barra Longa foi o único urbano que foi atingido pelos rejeitos, acarretando enorme destruição –, em agosto de 2017, num processo de escolha livre e informada, a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) foi escolhida pelas comunidades atingidas e começou sua atuação.

Foi este processo que inaugurou o terceiro momento que coincide com a atuação da AEDAS nos processos da reparação, mobilizando e assessorando as comunidades atingidas de Barra Longa, o que inclui o povoado de Gesteira e as questões relacionadas ao reassentamento. Segundo Carneiro e Senna (2019), três perguntas foram levantadas como premissas para o início da atuação da AEDAS nesta perspectiva:

Quais seriam as pessoas atingidas que teriam direito ao reassentamento? Qual seria o tamanho do terreno para que abarcasse essas pessoas no intuito de reparar integralmente seus modos e projetos de vida, seus territórios e moradias? Qual seria o escopo do reassentamento – se rural ou urbano? (SENNA; CARNEIRO, 2019, p. 17, no prelo)

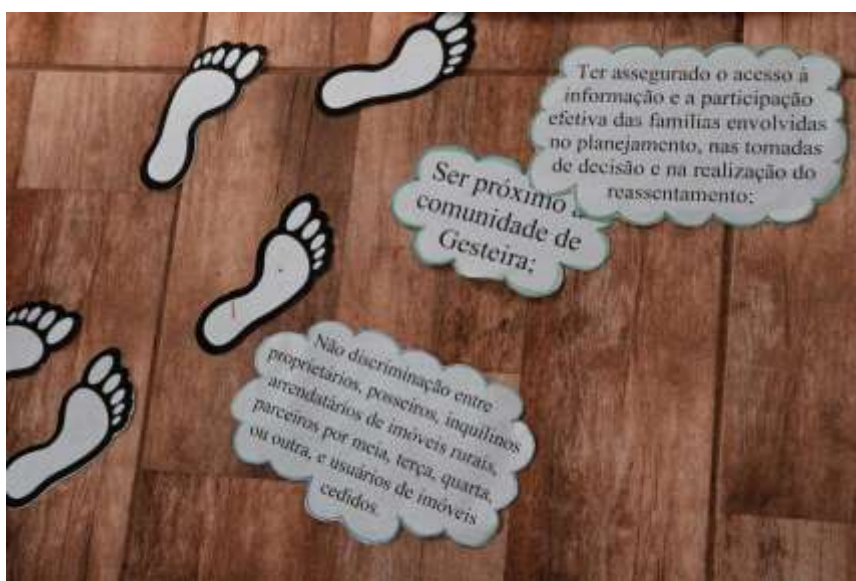
Neste momento, a AEDAS convidou o GEPSA que já vinha, desde o desastre de Fundão trabalhando com as pessoas atingidas de Barra Longa para que, em conjunto com a Comissão de Atingidas e Atingidos de Barra Longa, com a comunidade de Gesteira e com ela, buscasse formas de mudar os rumos da reparação no âmbito do reassentamento que, como visto, seguia os moldes e às regras dos responsáveis pelo desastre.

A partir deste trabalho colaborativo e com a participação do Ministério Público Federal e Estadual – na figura da CIMOS –, a comunidade de Gesteira conquistou avanços nos rumos do reassentamento. O número de núcleos familiares a serem reassentados passou de 11 para 37; foi definido o aumento da área do terreno de 7 para 40,1 hectares; a compra efetiva do terreno ocorreu em dezembro de 2018; e o reassentamento será desenvolvido a partir das características comunidade de Gesteira, ou seja, o modo rural.

No decorrer desses processos que envolvem tanto as violações por parte das empresas quanto as conquistas pelo coletivo de forças reunidas, as pessoas atingidas de Gesteira decidiram que o anteprojeto do reassentamento não seria mais conduzido pela Renova. Inaugurou-se, assim, o Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, a ser elaborado e desenvolvido pelas pessoas atingidas como protagonistas do processo do reassentamento, de sua assessoria técnica e do GEPSA.

Para tal, de início, foi estabelecido que o processo seria desenvolvido a partir do método cartográfico – utilizada pelo Grupo desde o início de seus trabalhos no território e vinculados ao projeto de extensão “Observatório do Reassentamento: rede de ações e apoio aos atingidos dos municípios de Mariana e Barra Longa” – conceitualmente oposto à forma de atuação da Fundação Renova já que propicia a inclusão das pessoas atingidas, dando a elas a autonomia acerca das demandas e tomadas de decisões no que tange os processos de reparação.

Figura 13: Desenvolvimento de cartografias como processos do PPRCG



Fonte: Arquivos GEPSA

O plano de trabalho elaborado pelo grupo e aprovado pela comunidade de Gesteira e sua assessoria técnica é composto de 3 blocos a serem implementados a partir de oficinas com o suporte de Tecnologias Sociais⁴ elaboradas a partir do método cartográfico. São eles: “Era uma vez...”; “Um, dois, três, e...” e “Já” (CARNEIRO; MELO; SOUZA, 2019, no prelo).

Sobre o primeiro bloco, a oficina também denominada “Era uma vez...” realizou-se em um encontro no dia 01/06/2019, em Gesteira, (Figs.14 e 15) e teve como objetivo resgatar memórias, através das histórias de vivências e dos cotidianos das pessoas atingidas, para registros dos usos, apropriações e relações socioespaciais que, servirão como dados para o anteprojeto. Foi elaborada uma Tecnologia Social sob a forma de jogo cujo tabuleiro de jogo continha o mapa de Gesteira antes do desastre, juntamente com cartas que se dividiam em três categorias: “Onde? ”, “Quem? ” e “Fazendo o quê? ”. A dinâmica consistia em rodadas, em que as pessoas participantes do jogo escolhiam uma carta de cada categoria que, serviriam como direcionamento para que contassem suas histórias. As pessoas participantes puderam registrar no mapa a localização de suas moradias, seus trajetos, os eventos ocorridos, entre outros (CARNEIRO; MELO; SOUZA, 2019, no prelo).

Figura 14: Oficina "Era uma vez..."



Fonte: Arquivos GEPSA

Figura 15: Oficina "Era uma vez..."



Fonte: Arquivos GEPSA

O segundo bloco, “Um, dois, três, e....” foi pensado a partir da realização de duas oficinas, que estão relacionadas ao processo de desenho e elaboração conceitual do anteprojeto do reassentamento, com as pessoas atingidas, com auxílio de sua assessoria técnica AEDAS e o GEPSA, de acordo com (CARNEIRO; MELO; SOUZA, 2019, no prelo). A primeira ocorreu em 17/07/2019. Nela foi apresentada às pessoas atingidas a “maquete – lousa” (Fig.16), uma tecnologia social⁴ pensada e desenvolvida com o intuito de que as pessoas do povoado pudessem intervir sobre sua superfície, desenhando sobre ela o sistema viário, os equipamentos comunitários e os equipamentos de livre uso público. A intenção era a de partir dos espaços coletivos para que as áreas privadas fossem o resultado daquilo que foi definido comunitariamente. A maquete, uma ferramenta eficaz nas apresentações de projeto pela sua capacidade de rápido reconhecimento e entendimento dos elementos físicos, foi atrelada aos recursos de

⁴ “Tecnologias sociais são técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social. Nessa perspectiva, as experiências inovadoras podem ser avaliadas e valorizadas tanto pela sua dimensão de processos de construção de novos paradigmas e novos atores sociais, de fortalecimento da democracia e da cidadania, quanto pelos resultados que proporcionam em termos de melhoria da qualidade de vida”. (BAVA, 2004)

intervenção através do desenho, que poderia ser feito e refeito, quantas vezes fosse necessário (CARNEIRO; MELO; SOUZA, 2019, no prelo).

Figura 16: Primeira oficina do bloco: "Um, dois, três, e..." Apresentação da "maquete-lousa"



Fonte: Arquivos GEPSA

A segunda oficina deste bloco ainda não foi realizada, mas tem como objetivo “verificar os anseios da comunidade no que concerne às relações de vizinhança (vinculado com a localização dos lotes) e às atividades que cada núcleo familiar pretende desenvolver em seus lotes tendo como base a recuperação de seus modos e projetos de vida.” (CARNEIRO; MELO; SOUZA, 2019, no prelo). Para esta dinâmica, a “maquete-lousa” também servirá como base.

Sobre o terceiro bloco, “...já”, de acordo com Carneiro; Melo; Souza (2019, no prelo), será apresentada a proposta do anteprojeto do reassentamento que será realizada em etapas. No dia 12/09/2019, o GEPSA em conjunto a AEDAS levou para a comunidade de Gesteira uma proposta preliminar do reassentamento (FIG. 17).

[]...levamos para a comunidade de Gesteira uma proposta preliminar do reassentamento com a localização do sistema viário, das áreas dos lotes e dos equipamentos comunitários e áreas de livre uso público com o intuito de verificar sua pertinência e correspondência com as informações levantadas nas oficinas anteriores e de colher mais contribuições da comunidade para sua finalização - a do anteprojeto - e posterior entrega à Fundação Renova. Essa proposta preliminar foi desenvolvida não apenas a partir das informações colhidas durante as oficinas, mas também considerando as demais informações técnicas vinculadas a questões físico-geográficas (ventilação, iluminação, características do solo, topografia, vegetação, hidrografia, etc.) e legais. (CARNEIRO; SOUZA; MELO, 2019, p. 12, no prelo)

De acordo com as autoras, nas próximas oficinas, serão incorporadas as informações que serão construídas a partir da segunda oficina do bloco “Um, dois, três, e...”, que se desdobrará quantas vezes forem necessárias até que a comunidade de Gesteira esteja de acordo e satisfeita com os resultados (CARNERIO; MELO; SOUZA, 2019, no prelo).

Figura 17: Terceiro bloco: "Já" proposta preliminar do reassentamento



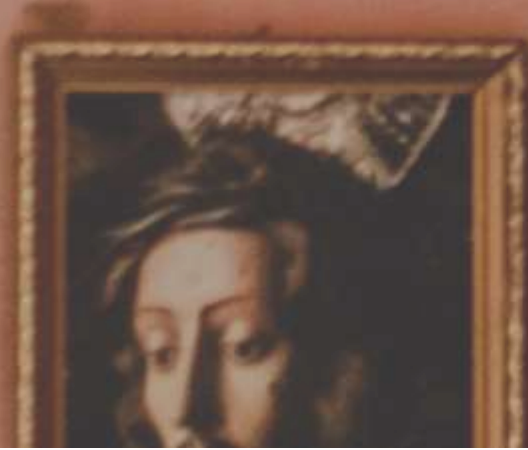
Fonte: Arquivos GEPSA

O Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira segue em construção. Mas esta experiência foi de extrema importância para o desenvolvimento desta monografia já que, por participar do processo, pude perceber o protagonismo das mulheres de Gesteira na luta e na construção do Plano. Foi esta experiência que me inspirou e a ela voltarei no subcapítulo 3.2 - As mulheres na luta pelo Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira. Tal fato se torna ainda mais evidente quando nos deparamos com a fala de uma das moradoras de Gesteira, representando o espírito de luta e resistência.

[...] “O que me faz estar na luta, muitas vezes, é o “não” que a gente recebe. Nós temos mais força para conseguir um “sim” sendo um grupo maior. O objetivo da minha luta é este: enxergar a necessidade do outro. Com a minha necessidade, eu enxergo a necessidade do outro. Eu luto pela comunidade, por Barra Longa, porque Gesteira sem Barra Longa não é Gesteira e vice e versa. Eu luto no conjunto.” (JORNAL A SIRENE, ed.36, 2019, p.9)

Mas como a luta das mulheres no que tange a produção do espaço não é a luta de apenas uma comunidade, antes de nos debruçarmos sobre as mulheres de Gesteira, apresentaremos um pouco desta luta histórica que envolve as mulheres e o direito à moradia.

CAPÍTULO 3

MOVIMENTOS DE LUTAS TERRITORIAIS LIDERADOS
POR MULHERES E O CASO DE GESTEIRA NO PLANO
POPULAR DO REASSENTAMENTO COLETIVO

Neste capítulo, traremos as lutas territoriais lideradas por mulheres dentro do contexto brasileiro. Em um primeiro momento, mostraremos de forma sucinta o contexto dos movimentos de lutas territoriais, evidenciando a problemática do não acesso a moradias dignas pelas populações vulnerabilizadas no Brasil. Em seguida, traremos algumas mulheres que contribuíram e contribuem nas conquistas e melhorias na situação de conflitos que atingem essas camadas vulnerabilizadas de nossa sociedade, nas quais as mulheres são uma delas e, neste trabalho, nosso foco. Em um segundo momento, especificamente e como principal ponto deste trabalho, destacaremos a luta das mulheres no âmbito do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira. Através da perspectiva daquelas que tiveram seus direitos violados, analisaremos como a luta por seus territórios tem contribuído com uma forma de desenho e produção do espaço que reflete o rico conhecimento popular e as reais necessidades destas mulheres que passaram por situações desastrosas e tiveram suas vidas totalmente devastadas, o que lhes acarretou uma situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica.

Capítulo 3.1

Mulheres e lutas territoriais no Brasil

O direito à moradia digna como um dos direitos fundamentais aos seres humanos, no Brasil, segue a cartilha da desigualdade. Direitos básicos como um sistema de saúde de qualidade, ensino público de qualidade, condições seguras de trabalho e outros tantos direitos essenciais para se ter uma vida digna, acabam atingindo homens e mulheres de maneiras distintas, obedecendo a ordem da construção social, baseada na insustentável supremacia masculina. Tal ordem lhes proporcionam mais oportunidades, melhores condições de vida e reconhecimento em vários outros setores no cotidiano de suas vidas (HELENE, 2019, p.956). A partir da contextualização deste conflito no território brasileiro, analisaremos como as questões relacionadas ao gênero se desdobram neste debate.

O Brasil é um país onde o déficit habitacional orbita em grandes escalas e os números de vazios urbanos, edificados ou não, seguem crescentes, ao mesmo tempo em que, imensidões de terras são concentradas nas mãos de poucos. A raiz destes conflitos territoriais se relaciona às questões do acúmulo do capital controlados tanto pelo Estado, que desde a época da colônia “concedeu terras” àqueles ou àquilo que viria a gerar lucro, poder, controle social e territorial quanto com setores privados. Este sistema continua até hoje, principalmente, pela especulação imobiliária e concentração fundiária, que se utiliza do solo como valor de troca, aprofundando as desigualdades daqueles que se encontram às margens deste sistema e sobrevivem a situações de extrema vulnerabilidade socioeconômica (BELTRAME, 2013, p. 128).

Em reação a este contexto, surgem os movimentos sociais por moradia, uma luta pela conquista à igualdade direitos, formado por aqueles que não tem como escolher entre comer ou morar, entendendo que o morar para essas pessoas, é em grande parte, embaixo de pontes e viadutos, sujeitos as diversas violências físicas e psicológicas que destroem suas vidas e famílias. Estes movimentos começaram a ganhar força no território brasileiro desde a década de 1980. Em 1984 foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), importante movimento social territorial que se debruça na luta pela

distribuição igualitária de terras no campo. Já em 1997, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MSTs), na linha de frente pelo direito à moradia digna nos centros urbanos. Sales e Torres (2017) nos contextualizam sobre este período:

Será, então, a partir da demanda por habitação que vai se constituir na década de 80, os principais movimentos que organizarão a luta por moradia no Brasil: a União Nacional por Moradia Popular –UNMP, o Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM, a Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM e a Central de Movimentos Populares – CMP. ” (SALES; TORRES, 2017, p.2)

A questão do não acesso à moradia digna, afeta as mulheres de forma diferente e mais profunda do que a forma como acomete os homens. Ainda, mulheres negras são atingidas de maneira distinta das mulheres brancas, em relação as mesmas questões – sobre isso nos debruçamos no capítulo 2. Tais fatos nos ajudam a compreender as razões pelas quais os movimentos de lutas territoriais têm, não apenas, uma forte presença de mulheres, mas de mulheres na liderança. A pergunta que fazemos é: por que a inacessibilidade à moradia digna afeta mais profundamente as mulheres do que os homens? E, o que representa a moradia própria, na luta por uma vida digna e a conquista da emancipação da mulher?

Segundo Helene (2019) “entre os fatores que podemos associar a participação massiva de mulheres em movimentos de moradia – e, vale dizer, em todos os movimentos populares – destaca-se a chamada “feminização da pobreza” (HELENE, 2019, p.956). A divisão sexual do trabalho precariza as ofertas e condições de trabalho às mulheres, “as funções destinadas às mulheres foram estruturadas como inferiores, não vistas como “trabalho” e, por essa razão, sem valor econômico” (Helene, 2019, p.954). A feminização da pobreza impede as mulheres o acesso a seus direitos fundamentais a medida que, a falta de oportunidade de empregos, melhores condições de trabalho e remunerações, as obrigam a enfrentar uma vida no limiar da sobrevivência. Deste modo, entendemos, a partir do aspecto da divisão sexual do trabalho, como os territórios vividos pelas mulheres são marcados por uma perspectiva de luta cotidiana, já que seus trajetos, suas atividades, seus espaços de voz e luta são invisibilizados.

[...] como as dificuldades de acesso à moradia no Brasil, marcadas pela histórica exclusão da terra e do mercado de trabalho das camadas mais pobres, abarcam condições ainda mais dramáticas quando se é mulher e piores ainda, quando se é mulher e negra. (HELENE, 2019, p.951)

A moradia própria representa para essas mulheres a garantia de seus direitos. A casa se torna um espaço de proteção contra as violências sociais que não acometem

somente elas, mas também os filhos, assim como possibilita melhoras no trabalho (muitas vezes exercido dentro de casa), na educação, na saúde e em outros diversos setores.

Segundo Helene (2019):

[...] o espaço da casa eleva-se a uma importância muito maior. Isto, é, para elas, a moradia significa muito mais que um abrigo ou uma mercadoria, é um espaço essencial de proteção de si e de manutenção daqueles dependentes de seus cuidados. (HELENE, 2019, p.957)

Neste contexto, em 2011, foi lançada uma cartilha cujo título é “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?” (Rolnik et al., 2011), desenvolvida por Raquel Rolnik, quando era relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada. Tal documento: “é fruto de uma pesquisa sobre políticas públicas relacionadas a habitação e gênero em diferentes países do globo, destaca sete pontos fundamentais para garantia do direito à moradia para as mulheres” Helene (2019, p.263). Os sete pontos mencionados são: segurança da posse; habitabilidade; disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis e custo acessível da moradia (ROLNIK et al., 2011).

Cada um dos pontos destacados é de extrema importância para que a moradia digna se faça valer como direito às mulheres e dizem respeito às inúmeras condições de estruturação de suas vidas tais como as de moradia, do respeito aos modos de vida, da segurança em relação a mobilidade de forma que esta se adeque às condições físicas das moradoras (se idosas ou com algum tipo de deficiência), etc. Ainda dentre esses pontos, damos destaque ao primeiro, segurança de posse, já que a garantia legal sobre a morada é um instrumento que está intrinsecamente relacionado à emancipação da mulher em relação à dependência do homem. Helene (2019):

[...] este item se articula com o direito a viver sem ameaças de remoção, de forma estável e segura. Mas também uma reparação histórica em assegurar o acesso das mulheres à habitação, como, por exemplo, preferenciar a titularidade feminina. Isso porque, em todo o mundo, a propriedade da terra e da moradia está, majoritariamente, nas mãos dos homens. (HELENE, 2019, p. 963)

Assim, podemos entender o quanto as lutas territoriais, principalmente aquela vinculada à moradia, se dão pela necessidade das mulheres se oporem às diversas violências e violações de direitos que as acometem. A visibilidade que os movimentos populares trazem e o papel que as mulheres desempenham no enfrentamento das injustiças impostas por um modelo cruel de estruturação social seletivo, que exclui e

oprime ainda mais os já vulnerabilizados, é de extrema importância para melhoras e conquistas no combate às desigualdades e transformações sociais. Dentro dessa esfera de enfrentamentos, traremos a história de algumas mulheres que contribuíram e contribuem para o avanço do esforço para superar a miséria e a desigualdade a partir de seu engajamento na luta. Mencionaremos, neste sentido, Preta Ferreira e Carmem da Silva Ferreira – do Movimento dos Sem Terra Centro (MSTC) – e Margarida Alves, símbolo na luta pela proteção dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra.

Preta Ferreira (Fig. 18) é publicitária e uma das lideranças do Movimento dos Sem Terra do Centro (MSTC), em São Paulo. Recentemente, foi acusada – neste momento em que participantes de movimentos populares vêm sendo alvo de criminalizações, como veremos logo em seguida – de extorsão por cobranças de taxas a moradores de ocupações no centro de São Paulo e presa conjuntamente com seu irmão, em junho deste ano. Preta foi considerada uma “presa política”, por ser vítima de uma política de criminalização que age sobre os setores excluídos de nossa sociedade que, por não terem a possibilidade de se inserirem na lógica mercadológica da produção do espaço, buscam outras formas de sobrevivência que confrontam o capital e a financeirização. Preta Ferreira, é filha de Carmem da Silva Ferreira (Fig.19), também líder do Movimento Sem Terra do Centro (MSTC) de São Paulo. Também acusada e presa injustamente, Carmem foi julgada por extorquir os moradores da ocupação do antigo Hotel Cambridge, em razão da cobrança de contribuições coletivas (Jornal Brasil de Fato, 2019). Na fala de Preta, para o jornal Brasil de Fato, podemos entender o contexto real destas prisões: “Não sou bandida, sempre trabalhei. Estou presa porque nasci mulher, preta e pobre em um país aonde quem manda são homens machistas e racistas ” (Jornal Brasil de Fato, 2019). Preta e Carmem saíram da prisão em outubro deste ano, sobre a concessão do habeas corpus pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

Figura 18: Preta Ferreira

Fonte: Jornal Brasil de Fato, 2019

Figura 19: Carmem Ferreira

Fonte: Jornal Brasil de Fato, 2019

Preta e Carmem atuam na linha de frente do movimento por moradia da ocupação 9 de julho, um antigo prédio do INSS, abandonado desde a década de 1970, na cidade de São Paulo, ocupado por cerca de 120 famílias, atualmente, e de, aproximadamente, 450 trabalhadores e trabalhadoras (Jornalistas Livres, 2019). O imóvel, que se encontrava depredado e sem nenhuma função social, desde 2016, se tornou um local vivo e produtivo

com base na função social relacionada à moradia. Fruto de ações coletivas das líderes juntamente às pessoas moradoras que com persistência e muita luta mantém o local. O site Jornalistas Livres publicou uma matéria que explicitava a forma e as melhorias que a luta de Carmem Ferreira como líder de movimentos por habitação, trouxe. Um trecho desta reportagem, nos resume bem-estes feitos.

[...] **Carmem** sabe que há muito a fazer até zerar a demanda de quase 1 milhão de cidadãos em busca de 358 mil lares na capital. A conta poderia fechar mais rapidamente se no centro expandido, por exemplo, fossem aproveitados os 700 imóveis privados que se deterioraram e devem IPTU há décadas, e as centenas de prédios da União, do Estado e do Município igualmente imundos, sob risco de ruir e descumprindo a “**função social da propriedade**”, conforme exigência da própria Constituição Brasileira. A baiana já tirou quase 3 mil pessoas de moradias subnormais e dos baixos de viadutos, promovendo ao mesmo tempo inclusão social, bem-estar, acesso à saúde, cultura, escola... São ações que, ao final, têm impactado positivamente o cotidiano da cidade inteira. (JORNALISTAS LIVRES, 2019)

Outro exemplo de liderança e representatividade na luta dos movimentos territoriais foi a Paraibana Margarida Maria Alves (Fig.20). Em sua homenagem, ocorre desde o ano 2000 a maior ação conjunta de trabalhadoras da América Latina (Brasil de Fato, 2019). A homenagem a Margarida Alves se deve ao fato dela ser símbolo na luta pela proteção dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra: “suas principais metas eram o registro em carteira de trabalho, a jornada diária de trabalho de 8 horas, 13° salário, férias e demais direitos, para que as condições de trabalho no campo pudessem ser equiparadas ao modelo urbano” (Fundação Margarida Alves, 2019). Segunda a Fundação, Margarida moveu mais de 600 ações trabalhistas durante sua gestão no Sindicato, através de denúncias que se endereçavam ao Presidente do Brasil. Em 1983, com 72 ações trabalhistas sendo movidas contra os fazendeiros locais, Margarida foi assassinada brutalmente em frente sua própria casa, na frente de filho e marido. A morte foi a forma de impedir que Margarida seguisse nas conquistas da luta pela igualdade de direitos que proporcionou. Conquistas que colidiam de frente aos interesses dos latifundiários, que veem a terra como valor de troca e acumulação de riquezas. Os pleitos de Margarida, foram reconhecidos nacionalmente e internacionalmente. Segunda a Fundação Margarida Alves:

[...] “Símbolo da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, Margarida recebeu, postumamente, o prêmio Pax Christi Internacional, em 1988; em 1994, foi criada, pela Arquidiocese da Paraíba, a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves e, em 2002, recebeu a Medalha Chico Mendes de Resistência, oferecida pelo GTNM/RJ. ” (FUNDAÇÃO MARGARIDA ALVES, 2019)

Figura 20: Margarida Alves



Fonte: Fundação Margarida Alves

Trazer estas mulheres para esta monografia, teve tanto o intuito de abarcar os contextos das lutas relacionadas ao direito à cidade, à moradia digna e a luta rural, no combate a injusta distribuição territorial quanto de dar visibilidade a essas mulheres, frequentemente invisibilizadas por discursos hegemônicos calcados no patriarcado e no machismo – como mostrado anteriormente. Embora, estas especificidades acarretem em formas distintas no processo de vulnerabilização social, estes movimentos de luta liderados por mulheres e com a forte presença das mesmas, cria um contexto único de luta pela igualdade de direitos e sua emancipação como sujeitos políticos, detentoras de saberes e poderes que também devem interferir nos rumos das transformações sociais. A luta por um teto, se estende a luta por creches, escolas, postos de saúde, eficaz mobilidade, iluminação, ou seja, por uma cidade que seja visível também às mulheres.

É neste contexto que, no próximo capítulo, retornamos ao caso da luta das mulheres de Gesteira pelo Plano Popular do Reassentamento Coletivo. Mulheres sábias e guerreiras que vem contribuindo com todo o povoado na luta pela nova Gesteira.

Capítulo 3.2

As mulheres de Gesteira na luta pelo Plano Popular do Reassentamento Coletivo

Neste capítulo, iremos contar sobre a história de luta das mulheres de Gesteira, nos processos de construção do Plano Popular do Reassentamento Coletivo. Mulheres que, desde 1979 com a construção do Mutirão, mostram sua força, sabedoria e união. Já se completaram quatro anos até o presente momento desta escrita e, embora tivessem motivos para desacreditarem na continuidade da comunidade e de seus modos de vida, em razão do extenso período de espera pelo ressarcimento, seguem firmes no protagonismo do PPRCG e pela busca de seus direitos a serem restituídos.

Figura 21: Mulheres de Gesteira



Fonte: Arquivos GEPSA

A experiência de participar das oficinas e reuniões através do projeto de extensão: Observatório do Reassentamento, vinculado ao GEPSA, nos fez compreender desde o início o destaque das mulheres de Gesteira nas questões levantadas e levadas a toda comunidade e, também aos responsáveis pelo ressarcimento, representados pela Fundação Renova. Estes aspectos foram observados não só pela quantidade de mulheres

que se encontram nesses espaços organizados de luta, sendo sempre a maioria, mas principalmente pelos debates, ideias e demandas que as mesmas colocam em pauta, tornando protagonistas nas questões que envolvem as pessoas atingidas. No início das reuniões e oficinas entre a comunidade, assessoria técnica (AEDAS) e o GEPSA, são as mulheres do povoado que tomam frente promovendo a “mística”, momento inicial das atividades que, através de orações ou uma simples recapitulação dos esforços e conquistas atingidos coletivamente, sensibiliza e conecta todos para a dinâmica que será aplicada. O relato de Gracinha Lima, moradora de Gesteira, para o jornal A Sirene nos contextualiza:

[...] A voz da mulher está evoluindo, crescendo. Acho a mulher muito sábia. Nas reuniões, você vê mais mulheres. Elas estão compondo mesa, tendo a palavra e são poucos homens. Não desmerecendo, mas, na assessoria, a maioria é mulher. No grupo de Comissão, a maioria é mulher. Nas assembleias, a maioria é mulher. E isso é desde sempre. A mulher une mais, ela tem força, tem mansidão para resolver o problema. E eu tô aí, no meio dessas mulheres, dessa luta, nessa vontade de aprender, de doar. (JORNAL A SIRENE, ed.36, 2019, p.8)

Figura 22: Ficam as memórias



Fonte: Arquivos GEPSA

Os desafios enfrentados pelas mulheres do povoado logo após o desastre que, dizem respeito ao direito de serem reconhecidas como atingidas. No início das negociações, as empresas responsáveis negaram a alguma destas mulheres este reconhecimento e, conseqüentemente a não restituição dos seus direitos. Aos olhos dos responsáveis, aquilo que a lama não atingiu fisicamente, não é considerado passível de danos, se omitem como responsáveis. A exemplo, as memórias, histórias, relações entre

a comunidade, saúde mental, momentos de lazer e inúmeros outros aspectos não tangíveis pelas empresas, mas essenciais àquilo que representava para o povoado, o que era a vida em Gesteira antes do desastre. Parte destas mulheres moram no Mutirão, porém, tinham um forte vínculo com Gesteira Velho, onde existiam seus quintais produtivos e criações. Os relatos de duas destas mulheres, extraídos das atas das reuniões, nos faz compreender os critérios usados pelos responsáveis acerca dessas decisões. Uma delas relatou sobre esta situação, dizendo que nunca perdeu o contato com as famílias que moravam a beira do rio e, que apesar de morar no Mutirão, sua vida toda era praticamente em torno de sua mãe e irmãos, os quais, moravam em Gesteira Velho. A outra atingida, também relatou que nasceu e foi criada em Gesteira e, quando mais velha foi para Barra Longa e Mariana trabalhar, para arrecadar dinheiro para comprar materiais para a construção de sua casa que, pretendia ser erguida em Gesteira. A mesma diz, que perdeu todos os materiais comprados para a construção até o momento de seu relato e, os responsáveis disseram a ela que não seria reconhecida como atingida, que era para a mesma entrar nos danos causados à família e não a ela, individualmente.

Figura 23: Mulheres de Gesteira



Fonte: Arquivos GEPSA

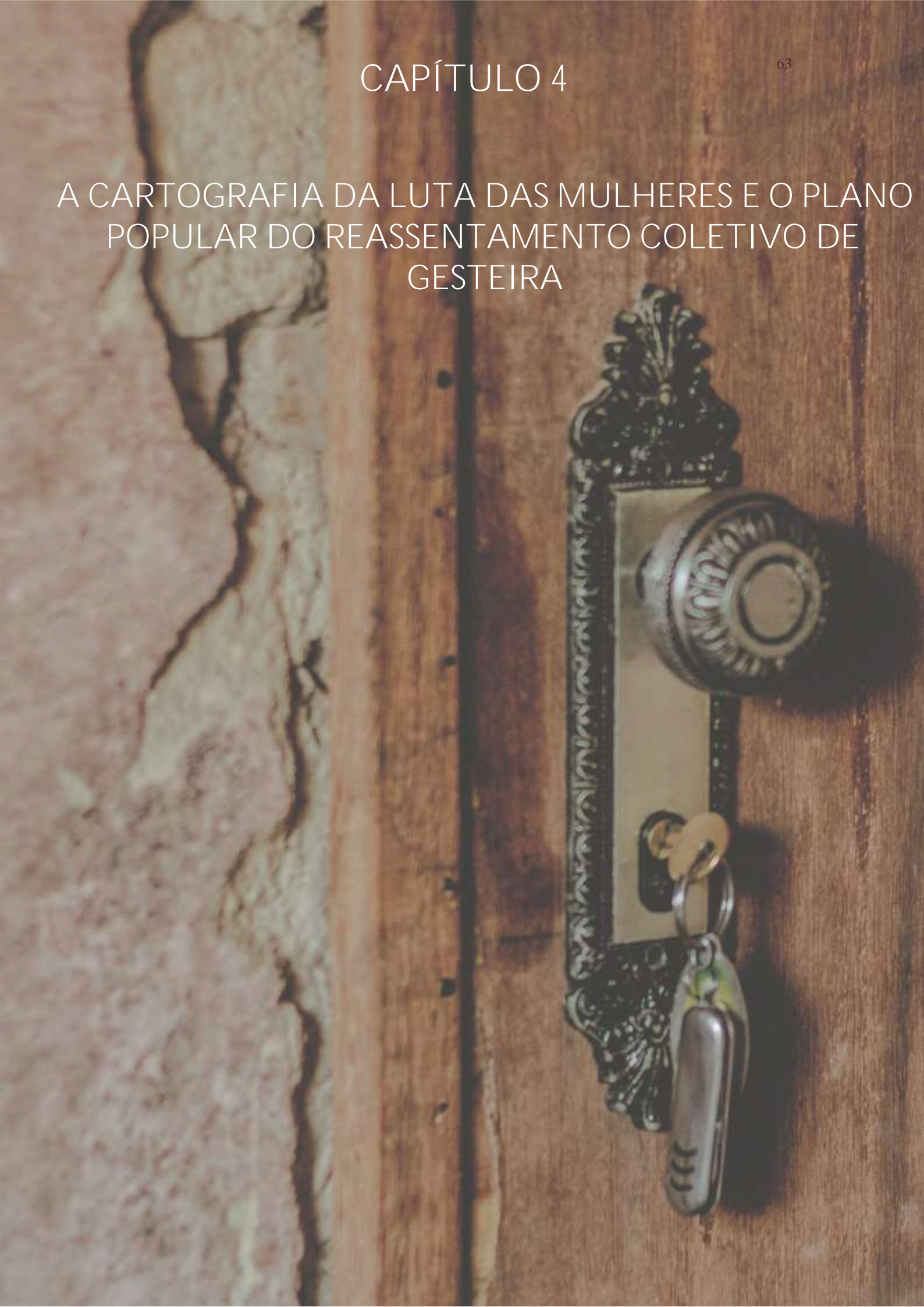
Adiante, sobre outros aspectos, uma das questões que mais entram em pauta pelas mulheres, como pudemos analisar através das atas e áudios extraídos das oficinas e reuniões, se refere a impossibilidade de manter as relações entre a comunidade depois do desastre. Apesar de separados, os núcleos que constituíam Gesteira – Gesteira Velho e

Mutirão -, nunca foram desvinculados ao que tange as relações afetivas e de trabalhos que envolviam o povoado como um só. Desde o desastre de Fundão, dezenas de núcleos familiares foram separados, agravando o estado de saúde mental das mulheres atingidas, que já abaladas pelo trauma das perdas imediatas, seguem desoladas longe dos seus familiares e a vivência do dia a dia com a comunidade. Parte delas se encontram em Acaiaca, Mariana ou Barra Longa. Em uma das atas, em 2016, uma das mulheres do povoado relata sobre a insalubridade da casa que foi alocada em Barra Longa pelas empresas: abafada, apertada e com um beco estreito. Dizia ainda que, estava doente, sozinha, longe de seus familiares e, necessitava se mudar urgentemente.

A medida que a espera para o reassentamento se prolonga, a situação de fragilidade das mulheres atingidas se agrava. Longe de seus afazeres cotidianos, quais sejam, os cuidados com seus quintais, hortas e criações, assim como os encontros para orações, caminhadas e conversas que, para elas são vitais. A expulsão dessas mulheres de sua comunidade, retrata o modo como as questões da moradia e dos despejos e remoções forçadas aprofundam as questões relativas às opressões de gênero.

A fim de apresentar os desdobramentos do Plano Popular do Reassentamento Coletivo, a partir da perspectiva e contribuições das mulheres da comunidade de Gesteira, àquilo que compete as demandas e o desenho do projeto, apresentaremos através de diagramas baseados em seus relatos, quais demandas surgem acerca dos equipamentos comunitários, áreas livres de uso público, infraestrutura viária, moradias e seus quintais produtivos. Os relatos e áudios foram organizados em tabelas, apresentadas no próximo capítulo.

A CARTOGRAFIA DA LUTA DAS MULHERES E O PLANO
POPULAR DO REASSENTAMENTO COLETIVO DE
GESTEIRA



Acerca dos métodos de pesquisa existentes e sobre as questões analisadas neste trabalho: sujeitos, saberes, poderes e territórios, o método cartográfico se mostrou o mais apropriado. Ao pensarmos em como seriam estas análises, consideramos as complexidades e subjetividades dessas variáveis, no âmbito dos estudos sociais, especificamente, os relacionados à produção do espaço nos âmbitos da Arquitetura e Urbanismo. Tendo em vista o contexto vivido pelas mulheres de Gesteira – expulsão de seus territórios e as perdas materiais e imateriais, oriundos dos impactos do desastre de Fundão-, buscamos a cartografia para que, pudéssemos de forma sensível narrar este cenário de resistência ocupado por mulheres frente aos processos do PPRCG.

A fim de apresentarmos os resultados deste estudo, antemão, iremos descrever os processos que abrangeram a construção deste trabalho. Desde o início identificamos como metodologia aplicada, a cartografia, já que, para a concepção desta monografia, as visitas técnicas na área em estudo e o contato com as pessoas atingidas, foram determinantes.

Ao que tange o primeiro momento (TFG1), trouxemos autores e estudos que abarcaram as temáticas do gênero, da produção do espaço e dos impactos trazidos aos territórios pelas atividades minerárias, especificamente, os oriundos dos desastres de rompimento de barragens. Tentamos evidenciar a forma como os espaços se constituem a partir de relações de poderes, em um meio social hegemônico, machista e opressor, que se solidifica à lógica do capital e das práticas neoliberais, onde a indústria extrativa mineral se encontra.

Adiante, para a conclusão deste trabalho (TFG2), buscamos o contexto da luta das mulheres nos movimentos territoriais e de moradia, especificamente, da luta das mulheres de Gesteira. Como produto final desses dois momentos, apresentaremos neste último capítulo, o mapeamento da luta dessas mulheres e o PPRCG como também, uma análise crítica acerca das variáveis apresentadas.

A partir das atas e áudios das reuniões e oficinas, disponibilizados pelo acervo do GEPSA, realizamos uma seleção dos relatos das mulheres. Foram analisadas todas as atas que compreendem o período de 16/11/15 até 15/05/18. Sobre os áudios, foi feita a decupagem da oficina “Era uma vez...”, realizada em um encontro no dia 01/06/19, em Gesteira e, da reunião realizada na data de 30/03/19, também em Gesteira, acerca dos parâmetros agroambientais do reassentamento.

Em seguida, criamos uma tabela para compilar as informações, organizados em data, local, atuação e relatos, que serviu para que pudéssemos, posteriormente, identificar

as categorias que contribuem e relacionam-se aos processos de elaboração e desenho para o projeto do reassentamento. As categorias (identificadas como equipamentos comunitários, espaços de livre uso público, etc) e os programas (definidos a partir de cada categoria, como exemplo, igreja, escola, praça, adro, etc) foram classificados por cores, como veremos na tabela a seguir:

Tabela 1: Categorias e Programa

CATEGORIAS	PROGRAMA
Moradias e seus quintais produtivos	Moradias, quintais, plantações
Equipamentos comunitários	Igreja, salão comunitário, escola, creche
Espaços livres de uso público	Rio, praça, adro, campo de futebol, pista de caminhada
Benfeitorias	Poço de peixe, curral, galinheiro, pasto
Infraestrutura viária	Acesso a todas regiões do rio, ponte

Fonte: Autoria própria

Por fim, criamos diagramas que representassem cada categoria, com seus respectivos programas, a partir das demandas detectadas a partir das informações das tabelas, seguido das análises que se dividiram em subcapítulos.

Capítulo 4.1

Sobre as moradias e seus quintais produtivos

“Costumava rezar no quintal, levava o terço e rezava”

“Saudade da minha casa, da minha terra, da minha vizinha”

“Recebia muitas visitas em minha casa, iam muitas crianças”

“Trabalhei muito em roça, em casa de família, plantando e colhendo”

“Um dia indo plantar no quintal, as crianças que vinham da escola, passaram pelo pé de goiaba que ficava na beira do rio e da cerca e, pegaram as goiabas”

“No quintal tinha de tudo, tinha goiaba, pé de cana”

“Quando não tinha trabalho fixo, trabalhava em casa de família, na roça, fazendo comida pra vender, fazia doce, salgado, bolo, pastel, geleia. Fazia essas coisas pra ganhar dinheiro em casa porque tinha que olhar as crianças... “...agora não tem jeito mais, geleia é só comprada”

“Sempre doava laranja, mandioca pras crianças da escola”

“Eu e meu marido tomava conta do quintal do vizinho, que ficou doente, parou de andar, e ele pediu pra meu marido cuidar. A gente plantava mandioca, feijão e laranja. Cuidava do meu e do dele”

“O pastor ia a Gesteira, fazer culto pro povo, na praça e na casa das pessoas”

“Doava milho e mandioca que eu mesma plantava”

Dentre todos os aspectos levantados ao que concerne os elementos para o Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, as moradias e seus quintais produtivos estão presentes na maioria dos relatos das mulheres de Gesteira. Além da importante produção de frutas, legumes, verduras e hortaliças que, garantiam a essas mulheres uma alimentação balanceada e de qualidade, os quintais e hortas produtivas, eram para as mesmas, locais de encontros, trocas e costumes que atravessavam gerações. Em inúmeros relatos, as mulheres do povoado se recordam dos momentos de descanso, de visitas dos amigos e familiares e, até mesmo, das orações, que neles aconteciam. A troca era constante, as mulheres contam que doavam frutas, legumes à escola, aos familiares e amigos, e ainda ajudavam nas atividades de cuidado com os quintais das pessoas próximas que já não tinham condições de fazerem sozinhas. Tudo aquilo que vinha das hortas e de seus quintais, também lhe garantiam renda própria, por exemplo em épocas festivas, em que as mulheres se organizavam para vender, doces, geleias, entre outros tipos de alimentos para venderem nas barraquinhas. Ao pensarmos na integridade de

Gesteira, como um só núcleo, antes do desastre, a partir de todas as questões que foram colocadas sobre a importância dos quintais, foi a de ter unificado Gesteira Velho e Mutirão. Muitas das mulheres atingidas, relataram que moravam em Mutirão, mas que nunca se desvincilharam do cotidiano em Gesteira Velho, devido aos cuidados e ao cultivo de suas plantações, o que se deve ao fato de grande parte destas hortas e quintais estarem na parte baixa, nas proximidades do rio. Sobre o aspecto da autonomia destas mulheres, os trabalhos propiciados pela produção em pequena escala de seus quintais, lhes garantiam renda para criar os filhos sem terem que se ausentar do lar, o que é motivo de orgulho para as mesmas. Quando fora de casa, elas trabalhavam nas roças, nas casas de famílias, o que nos faz compreender a importância da moradia própria no que diz respeito à sua independência. Por isso a grande motivação dessas mulheres na luta pela nova Gesteira.

Diagrama 1: Moradias e seus quintais produtivos



Fonte: Autoria própria

Capítulo 4.2

Sobre equipamentos comunitários

“Gosto de fazer ginástica e muito de dança, mas agora não tem como. Estamos planejando fazer uma casa da Terceira Idade”

“A festa religiosa que a gente tinha, tinha de tudo, tinha quadrilha, festa da padroeira, festa cultural, a gente mesmo trabalhava nas barracas... A gente queria arrecadar dinheiro pra comprar equipamento pro salão paroquial. Quando a lama veio, já tava tudo equipado. ”

“Sempre doava laranja, mandioca pras crianças da escola. ”

Acerca dos equipamentos comunitários, a relação das mulheres de Gesteira, estavam a eles vinculados tanto no âmbito das atividades cotidianas quanto aos momentos de diversão e festas. Através dos relatos extraído dos áudios e atas, entendemos que a igreja e o salão comunitário eram responsáveis por grande parte dos encontros dessas mulheres e delas com o restante da comunidade e com visitantes de outras cidades, que vinham até Gesteira para participar de cultos e atividades religiosos. Para as mulheres de Gesteira, a manutenção do salão paroquial era de extrema importância. Lembram dos meses festivos em que trabalhavam fazendo comidas, bebidas e jogos para arrecadar dinheiro para mantê-lo. Os relatos evidenciam, portanto que a festividade e a diversão fazia parte do cotidiano dessas mulheres. A proposta para uma casa da Terceira Idade já foi encaminhada a outras mulheres que se encontram em Barra Longa, para que possam ajuda-las a levar este equipamento para o reassentamento. Sobre a escola, algumas das mulheres relataram sobre a falta de crianças em Gesteira, após o desastre. Recordam como o trabalho na creche e na escola e a doação de frutas e legumes de suas hortas e quintais produtivos para as crianças criavam laços de proximidade entre elas.

Diagrama 2: Equipamentos comunitários



Fonte: Autoria própria

Capítulo 4.3

Sobre os espaços de livre uso público

“Quando era moça e solteira usava muito o rio pra tomar banho e descansar”

“O campo de futebol tinha muita utilidade, tinha gincana, piquenique, campeonato de futebol, era um lugar de lazer nosso”

“O pastor ia a Gesteira antigamente fazer cultos com o povo, na praça. Levava as crianças pro campo de futebol, fazia jogos, brincadeiras. ”

“Tinha o rio onde a gente levava os netos pra nadar, tinha fruta, laranja, banana. ”

Para as mulheres de Gesteira, trabalhadoras e muito religiosas, as horas de descanso e lazer eram guardadas também para os momentos de encontros com amigos, familiares. O rio era um espaço em Gesteira Velho, carregado de lembranças e afetos. As mulheres se recordam da época quando eram crianças e iam até o rio para brincar e nadar. Até o momento do desastre, o rio para elas era o local de descanso, oração, assim como servia de transporte de bambu, tão utilizado pelas mesmas para montar suas barraquinhas durante as festas religiosas. Sobre as festas religiosas, principalmente a festa da padroeira da cidade, era mais um momento em que a comunidade se reunia e celebrava sua fé e amizade. As festas aconteciam na rua, em frente à igreja, onde existiam barraquinhas de comidas, de jogos, quadilha, congado. Outro local de uso de todos, era o campo de futebol. Além dos torneios e campeonatos de futebol masculino, o campo era muito utilizado pelas crianças, com jogos, brincadeiras, segundo relatos destas mulheres.

Diagrama 3: Espaços de livre uso público



Fonte: Autoria própria

Capítulo 4.4

Sobre as benfeitorias

“Em frente à casa da minha avó, tinha um chiqueiro e do lado, um curral. Atrás da casa da minha avó, também tinha um galpão e um poço cartesiano ”

“Eu vendia galinhas, tudo que podia pra criar os filhos. Passei a vida toda fazendo esse tipo de coisa. ”

“Existia um poço de peixe na frente da casa do meu vizinho. ”

Dentre as atividades cotidianas na vida em Gesteira, as criações têm destaque. Pelas falas das mulheres do povoado, percebemos que assim como, as hortas e quintais produtivos, em Gesteira Velho, os pastos, poços de peixes, galinheiros e currais eram espaços produtivos de suas famílias e da comunidade. Serviam para o autoconsumo, abastecimento e até mesmo para transporte, no caso dos cavalos.

Diagrama 4: Benfeitorias



Fonte: Autorial própria

Capítulo 4.5

Sobre a infraestrutura viária

“Pra conseguir comida depois da lama era difícil, só a cavalo, não tinha mais estrada ”

“Na época da lama a gente tinha que dar uma volta pasto a fora pra tirar leite, a gente voltava com o leite nas costas”

“Antes da lama a gente tinha acesso a todos os lugares do rio, agora não. A gente usava o rio pra fazer transporte de bambu

“Quando acontecia as festas da igreja, a gente ia a pé, era muito perto, só atravessar a ponte ”

Gesteira, um povoado de características rurais, abrangia uma pequena área, assim, tudo aquilo que movimentava o cotidiano e as atividades das pessoas que lá viviam, acerca de sua mobilidade, acontecia a pé ou com ajuda de cavalos, como já dizem as mulheres, nos relatos acima. O entendimento das mesmas em relação aos acessos do rio e as distâncias percorridas, vêm da vivência e do entendimento sobre a importância que a infraestrutura viária tem como suporte para suas atividades diversas, quais sejam, os passeios com as amigas, visitas a comunidade, idas ao rio para rezar, descansar, como também, as idas aos encontros na igreja e grupo de orações. As distâncias eram curtas e a ponte facilitava a locomoção daqueles que lá viviam.

Diagrama 5: Infraestrutura viária

Fonte: Autoria própria

Capítulo 4.6

Sobre as mulheres de luta, pelas mulheres de luta de Gesteira

“Lembro muito de uma mensagem que fiz pra Maria Geralda contando que sentia saudade da minha casa, da minha terra, da minha vizinha Maria Geralda pra conversar e das minhas vizinhas pra rezar...”

“Maria Geralda gostava muito de planta, de plantar...”

“Dona Geralda gostava muito de conversar, contar os casos do passado, pescar...”

“Maria Geralda de vez em quando me chamava pra pescar de tocha à noite...”

“Dona Geralda sempre levava verdura pra escola...”

“Ao lado da casa de minha vó Geralda aconteciam todas as festas da família, natal, dia das mães, aniversário, churrasco e convidava o pessoal da comunidade...”

Estes relatos, ao contrário dos anteriores não dizem respeito as categorias de planejamento ou desenho ao que concerne o projeto do reassentamento, ao mesmo tempo, nos diz muito sobre o que estas mulheres querem para a nova Gesteira. As lembranças e histórias sobre dona Maria Geralda são carregadas de afeto e se relacionam ao que era Gesteira antes do desastre. Nesse sentido, entendemos que a figura dessa mulher forte, alegre e solícita na memória das mulheres de luta de Gesteira, demonstram seus anseios por uma nova Gesteira onde possam resgatar seus modos de vida e os laços entre a comunidade.

Nascida e criada em Gesteira, dona Maria Geralda faleceu no início deste ano, por consequências dos impactos do desastre, em sua vida e saúde. Apesar do triste acontecimento, segue presente na luta pelo PPRCG, o qual, participou durante os três anos desde que ocorreu o desastre, em 2015. Pude perceber ao longo da minha participação nas reuniões e oficinas, como esta mulher forte, representa as mulheres de resistência trazidas neste trabalho.

Figura 24: Dona Maria Geralda



Fonte: Movimento dos Atingidos por Barragens

Relatos das mulheres de Gesteira durante reuniões e encontros acerca do ressarcimento e do reassentamento

Atas	Local	Atuação	Relatos
16/11/2015	Promotora de Justiça de Ponte Nova		
25/11/2015	Promotora de Justiça de Ponte Nova		
16/12/2015	São comissão de Maria Berneth, município de Barra Longa		
04/05/2016	Câmara municipal de Barra Longa		
16/05/2016	Câmara municipal de Barra Longa	Participante 1	Relato que foi colchada em uma casa apertada, úmida e com um beco muito sujo em Barra Longa, que é deserta, utilizei muitos remédios, que sua família mora em Mariana e está próxima a Barra Longa. Que preciso urgentemente ser indenizada de casa e que a Saneasa resolve a situação com urgência, pois sua saúde está abalada.
18/08/2016	Câmara municipal de Barra Longa		
15/09/2016	Câmara municipal de Barra Longa		
18/10/2016	Câmara municipal de Barra Longa		
22/11/2016	Município de Barra Longa		
22/11/2016	Gesteira		
20/01/2017	Câmara municipal de Barra Longa		
14/02/2017	Câmara municipal de Barra Longa		
07/03/2017	Sala protocolar de Barra Longa		
11/03/2017	Gesteira		
03/04/2017	Município de Barra Longa		
03/04/2017	Câmara municipal de Barra Longa		
31/05/2017	Procuradoria da República em MS		
07/05/2018	Crede de Gesteira	Participante 2	Relato que planta terra, madeira, chacha, vários tipos de madeira, leite, gelado de leite em pó. Hoje que passou a falta de leite e depois voltei para a plantar de terra. Continuei os trabalhos que os pais tinham antes dele, que teve seus filhos na terra de Gesteira que se criaram lá também.
		Participante 3	Relato que se casa e morou para o marido, mas por muito pouco e cortou com as famílias que moravam na falta de dinheiro para a terra, ajudou a família, mas não conseguiu em Barra Longa com a família: não foi considerada ninguém pelo marido até sua data marcada. Hoje que nunca recebeu resposta do Snyerga sobre sua situação enquanto aguarda. Relato que vai a Barra Longa para de estar morando no marido mas não era planejado tudo em nome de mãe e do marido.
		Participante 4	Relato que morou e se criou em Gesteira, que mudou da casa e estabeleceu em Barra Longa, recebeu melhor os dias para trabalhar, quando se mudou para Barra Longa voltou todo tipo de terreno, trabalho para comprar os materiais para construir sua casa ou os materiais para sua terra. Perdeu todos os materiais de construção e nos instrumentos musicais. Bozerra para ela que não recebeu reassentamento por seus pais e que ela para ela entrar nos dados da sua família e não nos dados dela individualmente.
		Participante 5	Relato que todos os filhos estão gerando com a esperança e com a falta de condições que anos de idade quando moravam em Barra Longa.
		Participante 6	Relato que não que passou já entrou no cabote e disse que não recebeu nada que pertence ao proprietário. Barra Longa, verifique, falta e não consegue entrar no seu lote.
		Participante 7	Relato que está a uma casa de 10 metros da floresta de Barra Longa que está com muitos problemas de saúde e que ela teve que lutar todo para cuidar dele. Relato que eles não receberam nada apesar de terem perdido produção de casa e em tudo se perdeu: móveis, livros, roupa, leite, por muito tempo e agora tem que comprar tudo que antes produziam no próprio lote.

Relatos das mulheres de Gesteira durante reuniões e encontros acerca do ressarcimento e do reassentamento

Atas	Local	Atuação	Relatos
07/05/2018	Crede de Gesteira	Participante 7	Relato que morou em Barra Longa e adquiriu um lote em 2011 com seu marido e começaram a viver com o lote para conseguir construir uma casa no Gesteira e que tinham pouco para eles conseguirem construir. Disse que em uma reunião em Mariana, foi dito a ela que como a casa dela não estava pronta eles não poderiam recebê-la. Disse ainda que não se foi a Barra a casa estava pronta e que não sabia que não ligou sua casa pronta no reassentamento. A pessoa explicou que o lote não seria entregue com a casa construída.
15/05/2018	Crede de Gesteira	Participante 8	Relato que mora há 10 anos em Gesteira e que gostaria de ir, mas não está já pronto com 12 filhos, cinco.

Pontos principais levantados pelas atingidas em Gesteira durante os encontros e reuniões:

Moradia

Moradia e seus quitais produtivos

As linhas e colunas em branco dizem respeito às questões que se relacionam com todo o povoado de Gesteira, e não somente com seus ditos, comunidades e famílias que sofreram e ainda sofrem com os impactos advindos do desastre de Fundão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, buscamos destacar questões que se relacionam entre produção do espaço e gênero, destacando a luta das mulheres em movimentos territoriais e de moradia, especificamente a luta das mulheres do povoado de Gesteira, nos processos de construção do Plano Popular do Reassentamento Coletivo. O PPRCG faz parte dos processos para a reparação integral às comunidades que foram expulsas de seus territórios, em virtude dos impactos ocasionados pelo desastre de rompimento da Barragem de Fundão, em novembro de 2015, sob responsabilidade das empresas Vale, Samarco e BHP Billinton.

Em um primeiro momento deste trabalho, pudemos observar como a produção do espaço está diretamente ligada aos detentores do capital, os quais pertence a indústria extrativa mineral. Ao analisarmos os contextos em que atuam os complexos minerários, percebemos que os desastres socioambientais, como o rompimento da Barragem de Fundão, são resultados da busca pelo lucro das empresas que, em troca de maiores rendimentos financeiros e lucratividade, desconsideram e negligenciam os aspectos de qualidade, segurança e investimentos necessários para o correto funcionamento de suas atividades. Além disso, desprezam o contexto dos territórios onde se instalam. Entendemos também que os efeitos causados pelas atividades minerárias, por vezes, transformam e danificam os territórios de modo irreversível.

No que diz respeito às questões relativas à produção do espaço e opressão de gênero, pudemos compreender como tais questões são atravessadas pelos vieses que se relacionam com as atividades e territórios minerários, já que o sistema capitalista e, a cultura hegemônica machista se solidificam através de um processo histórico de exclusões e violências. Dentro deste espectro que a divisão sexual do trabalho se apresenta. Ficou evidente que as desigualdades sociais do trabalho são produtos das relações sociais que colocam em planos distintos funções atribuídas a homens e mulheres. Enquanto os homens se encarregam dos setores produtivos e decisórios de poder, às mulheres são atribuídas funções reprodutivas localizadas na esfera privada/domiciliar. Dentro destas condições, as mulheres se defrontam com a falta de oportunidades no mercado de trabalho, salários injustos, desvalorização de profissões por serem tratadas

como se fossem tipicamente para mulheres, entre uma série de aspectos que culminam e aprofundam o quadro de vulnerabilidade socioeconômica em que, grande parte delas, se encontra.

Fechando este primeiro momento, constatamos que o espaço como local onde a vida se reproduz e o cotidiano se manifesta, através das diversas relações sociais que se estabelecem, é dotado de contradições. As cidades e territórios que carregam em seus históricos de constituição e vivências, marcas dos processos violentos, discriminatórios e excludentes para determinados grupos e minorias, acabam sendo orquestrados dentro de disputas que, em grande medida, é vencida pela hegemonia econômica. A cidade e os espaços não são vividos de maneira justa à todas e todos como deveriam. A maneira como as mulheres vivem seus cotidianos são marcadas pelo enfrentamento a diversos tipos de violência que acontece nas ruas, em seus lares, serviços, espaços de lazer, etc.

Posto isso, compreendemos que, como representantes das áreas de planejamento e desenho de cidades e territórios, é necessário levar para o debate do direito à moradia digna e ao direito à cidade, sob a perspectiva da opressão de gênero. Salientamos também que este debate não é pertinente apenas ao campo da arquitetura e urbanismo, mas sim de um campo multidisciplinar que possa interferir de forma a fortalecer/criar políticas públicas que promovam segurança, redes de apoio e que possam gerir oportunidades que beneficiem a inclusão das mulheres.

Acerca do segundo momento deste trabalho que se direcionou às análises dos contextos de lutas territoriais por mulheres, no território brasileiro, com ênfase na luta das mulheres de Gesteira nos processos de construção do Plano Popular do Reassentamento Coletivo, entendemos que estes movimentos populares são um lugar de resistência ao cenário de exclusão, como explicitamos anteriormente. Pudemos observar que a luta das mulheres de Gesteira perpetua a luta de tantos outros grupos de mulheres que têm estado a frente dos movimentos sociais territoriais e de moradia, sejam elas nos contextos rurais como o caso de Gesteira, ou urbanos.

A luta acontece quando estas mulheres, atingidas pelos impactos mercantil, entendem que são mais afetadas nos contextos de violação de direitos, já que em grande parte, como é de conhecimento, as mulheres ainda são subalternas aos homens, justamente pela opressão de gênero e a divisão sexual do trabalho que ocorre na maioria dos territórios, como descrevemos aqui. Aprendemos que as mulheres que protagonizam

e enfrentam os movimentos territoriais, como as mulheres de Gesteira, ensinam e tem muito a nos ensinar sobre os cuidados com a terra, sobre a importância das relações entre a comunidade construída a partir de seus espaços e sobre a luta e o trabalho coletivo como essenciais às conquistas pela emancipação como sujeitos políticos. No caso da luta territorial pelo reassentamento coletivo de Gesteira, as mulheres enfrentam em seu dia a dia a Fundação Renova, a qual vem atuando de forma a invisibilizar a participação das mesmas, desconsiderando a sabedoria, as demandas que cabem somente as mulheres e as pessoas do povoado, além de desconsiderarem o contexto e modos de vidas destas pessoas. Vítimas de um deslocamento forçado e expulsas de seus territórios, estas mulheres passaram a viver em um estado de fragilidade em todos os aspectos que compunham seus modos de vida.

Os encontros nas reuniões e oficinas como participante do GEPSA, em conjunto com as atingidas e a assessoria técnica (AEDAS), me fez perceber o valor que Gesteira tem para estas mulheres e quanto o trabalho coletivo, com profissionais das mais diversas áreas mudou os rumos dos processos para o reassentamento. Nos relatos extraídos dos encontros, reuniões e oficinas, foi notória a estreita relação das atingidas com o cuidado com a terra, que lhes servia para os plantios, alimentação, trocas entre a própria comunidade e com locais que lhes serviam de descanso e recanto para suas orações. Foi perceptível também o reconhecimento que estas mulheres fazem de si mesmas em relação ao trabalho que exerciam antes do desastre, que incluía as organizações de festas religiosas, quadrilhas, jogos, produção de alimentos que, na maioria das vezes lhes garantia o sustento dos filhos e renda para a manutenção de equipamentos comunitários, como a igreja e o salão paroquial. Todos esses pontos fazem parte das demandas que estas mulheres propõem para a nova Gesteira.

Com este trabalho, pude concluir o ciclo da graduação entendendo que os estudos em Arquitetura e Urbanismo se tornaram mais significativos e próximos quando entendi que eles se estendem àquilo que torna os espaços mais plurais e menos hegemônicos, sejam nos aspectos físicos ou relacionados às questões sociais. Somado a isto, pude entender que a dimensão do que é ser mulher em uma sociedade patriarcal e machista, é ser sempre um ser que necessita resistir em busca de igualdade, justiça e seguir os rumos pela nossa emancipação em meio a sociedade. Por fim, como futura profissional da área da Arquitetura e Urbanismo e responsável por agir, interferir e criar diretamente sobre o espaço, compreendi que o conhecimento em nada faz sentido, se não for para uma troca

de saberes e, ainda que a academia seja um dos melhores caminhos para o crescimento enquanto sujeitos políticos, participantes ativos em meio a sociedade, o saber popular, envolve outros campos do saber que não são piores ou melhores àqueles adquiridos na universidade, ambos são complementares.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Daniela dos Santos. Racismo ambiental e a distribuição racialmente desigual dos danos ambientais no Brasil. Pontifícia Universidade Católica, Departamento de Direito. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.pucRio.br/pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Daniela_Almeida.pdf>.
- ALVES, José; CAVENAGHI, Suzana. **Mulheres chefe de família no Brasil: avanços e desafios**. Estudos sobre Seguros. Rio de Janeiro, 2018. 120p. Disponível em: <http://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf>.
- BAVA, Sílvio Caccia. **Tecnologia social e desenvolvimento local**. Instituto Pólis, 2004, 14p. Disponível em: <<https://www.polis.org.br/uploads/1522/1522.pdf>>.
- BIROLI, Flávia. **Divisão sexual do trabalho e democracia**. Dados. 2016, v.59, N.3, p. 719-754. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582016000300719&script=sci_abstract&tlng=pt>.
- CÂMARA INTERBANCÁRIA DE PAGAMENTOS. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação do Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 2004. 216p. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/tecnologia-social-uma-estrategia-para-o-desenvolvimento>>.
- CARNEIRO, Laura; OLIVEIRA, Amanda de. **Racismo ambiental no rompimento da barragem de Fundão: as injustiças e as lutas dos movimentos sociais pela garantia do direito dos atingidos(as) no município de Barra Longa/MG**. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal-RN. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=665>>.
- CARNEIRO, Karine. Maquete-lousa: tecnologia social como ferramenta para a construção coletiva de territorialidades: o caso do plano popular do reassentamento coletivo de Gesteira/Barra Longa/MG.
- CARNEIRO, Karine Gonçalves; SENNA, Gabriel de Melo. **O deslocamento forçado das pessoas atingidas pelo desastre de Fundão, em Gesteira Velho, Barra Longa/MG: O plano popular do reassentamento coletivo para a reparação às vulnerabilidades geradas**.
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório preliminar sobre a situação da mulher atingida pelo desastre do Rio Doce no Estado do Espírito Santo**. Vitória, 2018. Disponível em: <<http://jornalasurene.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Relato%CC%81rio-questao-de-genero-5-de-nov-de-2018.pdf>>.

FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. **Mineração no Brasil: aspectos técnicos e científicos de sua história na colônia e no império (séculos XVIII-XIX)**. In: America Latina em la Historia Economica, 1994. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/290539250_Mineracao_no_Brasil_aspectos_tecnicos_e_cientificos_de_sua_historia_na_colonia_e_no_imperio_seculos_XVIII-XIX>.

HARKOT, Marina. **A mulher, a cidade e o debate sobre o urbano**. OBSERVASP, 2015. Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/2015/09/02/a-mulher-a-cidade-e-o-debate-sobre-o-urbano/>>.

HELENE, Diana. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia**. Cadernos Metrôpole, São Paulo, v.21, N. 46, set/dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962019000300951>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. **Direito à cidade: 130 anos pós-abolição: vivências negras no espaço urbano**. São Paulo: IBDU, 2017. 98p. Disponível em: <<http://wp.ibdu.org.br/wp-content/uploads/2019/04/DIREITO-%C3%80-CIDADE-130-AP%C3%93S-ABOLI%C3%87%C3%83O-OBRA.pdf>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO. **Direito à cidade: uma visão por gênero**. São Paulo: IBDU, 2017. 126p. Disponível em: <http://wp.ibdu.org.br/wpcontent/uploads/2019/04/DIREITO_CIDADE_GENERO.pdf>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª Ed. Brasília: Ipea, 2011. 39p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>.

MILANEZ, Bruno. **Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação**. Repositório do conhecimento do Ipea. Instituto de pesquisa econômica aplicada, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7936>>.

MILANEZ, Bruno. et al. **Antes fosse mais leve a carga. Reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale/ BHP Billiton**. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2016, 237p. Coleção A questão mineral, v.2. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2016/11/Livro-Completo-com-capa.pdf>>.

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma; SILVEIRA, Regina Coeli da. **Gênero e família: a mulher brasileira chefe de família. Que mulher é esta?**. Caderno UniFOA, v. 11, N. 32, 2016. Disponível em: <<http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/cadernos/article/view/430>>.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Mulheres atingidas por barragens: mudanças nos modos de vida**. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/materiais/mulheres_atingidas.pdf>.

PACHECO, Tânia. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor***. *Development in Practice*, v.18, N. 6, 2008. Disponível em:

<<https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>>.

SANTORO, Paula Freire. **Gênero e planejamento territorial: uma aproximação**. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu-MG. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu-MG: ABEP, 2008. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/319087721_Genero_e_planejamento_territorial_uma_aproximacao>.

SILVA, Joseli Maria. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano**. Revista Geosul. Universidade Federal de Santa Catarina, v.22, N. 4, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12612>>.

SILVA, Juliete. **Cartografia do processo de reassentamento de Gesteira/MG após o rompimento da barragem de Fundão**. 2018. Monografia – Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Ouro Preto.

SILVA, Simone Tavares da. **Perspectiva de vidas das mulheres chefes de família: sonhos e utopias**. VIII Jornada Internacional Política Públicas, São Luís-MA, 2017. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/perspectivasdevidadasmulhereschefesdefamiliasonhoseutopias.pdf>>.

SILVA, Olintho Pereira da. **A mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro**. Revista Geonomos. Universidade Federal de Minas Gerais, v.3, N. 1, 1995. Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistageonomos/article/view/11523>>.

SOTO, Paula. **Lo público y lo privado en la Ciudad**. Disponível em:

<http://www.uam.mx/difusion/casadeltiempo/17_iv_mar_2009/casa_del_tiempo_eIV_num17_54_58.pdf>.

VIEIRA, Cláudia; COSTA, Ana. **Fronteiras de gênero no urbanismo moderno**. Revista Feminismo, Bahia, v.2, N. 1, jan/abril, 2014. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30014/17749>>.

VIEIRA, Denise Sales. **Apontamento acerca das relações entre corpo feminino e cidade**. URBANA: Revista eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Unicamp, v.7, N. 2, jul/dez, 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642596>>.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Indícios de racismo ambiental na tragédia de Mariana: resultados preliminares e notas técnicas**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%C3%ADcios-de-Racismo-Ambiental-na-Trag%C3%A9dia-de-Mariana.pdf>>.

